

Reunião de 23/11/2020

ATA NÚMERO 23/2020
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE
NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE

_____ Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alcanena, reuniu, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/88025387869?pwd=TW5YUGNwODQ2UEJmQlpSWkdCVk5HQQT09>, ID da reunião: 880 2538 7869, o Órgão Executivo do Município de Alcanena, em reunião ordinária, pelas quinze horas e nove minutos, estando presentes: _

_____ **PRESIDENTE:** _____

_____ - Fernanda Maria Pereira Asseiceira, a partir das 15h20 _____

_____ **VEREADORES PRESENTES:** _____

_____ - João Carlos Braga Correia Pinto _____

_____ - Luís Miguel Martins Pires _____

_____ - Maria João Martins Antunes Gomez, que assumiu a presidência da reunião entre as 15h15 e as 15h20 minutos _____

_____ - Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo _____

_____ - Hugo André Silva Ferreira Santarém _____

_____ - Óscar Manuel Justo Pires _____

_____ **ORDEM DE TRABALHOS** _____

_____ **PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1-PONTO PRÉVIO**

_____ 1.1 – Ata da Reunião de Câmara realizada a 2 de novembro de 2020. (Para deliberação) _____

_____ 1.2 – Participação Variável do Município no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. Documento referência 16995/2020, Processo referência 2020/350.10.600/79. (Para deliberação) _____

_____ 1.3 – IMI - Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no exercício económico de 2021. Documento referência 16993/2020, Processo referência 2020/350.10.600/81. (Para deliberação) _____

_____ 1.4 – Derrama a cobrar em 2021. Documento referência 16994/2020, Processo referência 2020/350.10.600/82. (Para deliberação) _____

_____ 1.5 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Documento referência 16997/2020, Processo referência 2019/350.10.600/78. (Para deliberação) _____

_____ 2- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

_____ 2.a) Listagem de despachos no período decorrido de 13 de outubro a 18 de novembro de 2020. Documento referência 17021/2020, Processo referência 2020/100.10.400/50. (Para conhecimento) _____

_____ 2.b) Informação sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Alcanena. Documento referência 16844/2020, Processo referência 2020/150.20.404/3. (Para conhecimento) _____

_____ 2.c) Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para 2021. Documento referência 17070/2020 Processo referência 2020/150.20.202/1 (Para deliberação) _____

_____ 2.d) Abertura de conta bancária na Caixa Económica Montepio Geral. Documento referência 16576/2020, Processo referência 2020/350.30.003/3. (Para deliberação) _____

_____ 2.e) LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 04/09/2020 a 04/11/2020. Documento referência 16137/2020, Processo referência 2020/150.20.400/7. (Para conhecimento) _____

_____ 2.f) Designação de substituto de Oficial Público. Documento referência 15763/2020, Processo referência 2020/100.10.600/4. (Para conhecimento) _____

_____ 2.g) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 16753/2020, Processo referência 2020/300.10.002/54. (Para deliberação) _____

_____ 2.h) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 16755/2020, Processo referência 2020/300.10.002/55. (Para deliberação) _____

_____ 2.i) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência 16756/2020, Processo referência 2020/300.10.002/56. (Para deliberação) _____

_____ 2.j) Lojas do Mercado Municipal de Alcanena - Medidas excepcionais de apoio ao comércio local devido ao impacto da COVID 19 na economia - Redução do valor das taxas em 50% té final do ano de 2020. Documento referência 15758/2020. Processo referência 2020/100.10.400/48 (Para ratificação) _____

2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL

2.1.a) Alteração 46 ao Orçamento e 45 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento referência 15416/2020, Processo referência 2020/350.10.001/49. (Para conhecimento)

2.1.b) Alteração 47 ao Orçamento e 46 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento referência 15902/2020, Processo referência 2020/350.10.001/50. (Para conhecimento)

2.1.c) Alteração 48 ao Orçamento e 47 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento referência 16857/2020, Processo referência 2020/350.10.001/51. (Para conhecimento)

2.1.d) Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de 23 de outubro a 5 de novembro de 2020, no valor global de € 253.080,15. Documento referência 16215/2020, processo referência 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento)

2.1.e) Relação dos compromissos efetuados no período de 23 de outubro a 5 de novembro de 2020, no valor total de € 171.642,30. Documento referência 16219/2020, processo referência 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento)

2.1.f) Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de 23 de outubro a 5 de novembro de 2020. Documento referência 16224/2020, processo referência 2020/300.50.400/4.

- Operações Orçamentais no valor total de € 469.670,25, correspondentes às autorizações números 3602 a 3770;

- Operações de Tesouraria no valor total de € 6.599,79, correspondentes às autorizações números 283 a 303M. (Para conhecimento)

2.1.g) Relação dos pagamentos efetuados no período de 23 de outubro a 5 de novembro de 2020. Documento referência 16227/2020, processo referência 2020/300.50.400/5;

- Pagamentos de Operações Orçamentais: € 694.395,36;

- Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de € 567,00. (Para conhecimento)

2.1.h) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião (Para conhecimento).

3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

_____ 4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO _____

_____ 4.1 – Processo de Obras n.º 82/2014, de Michael Francisco Lopes, para remodelação e ampliação de uma moradia unifamiliar, em Vale Brajado – Rua da Fonte, em Moitas Venda, da freguesia de Moitas Venda. (Para deliberação – caducidade de aprovação do licenciamento.) _____

_____ 4.2 – Processo de Obras n.º 38/2017, de Ana Rita Almeida Rosa, para construção de um muro de vedação, na Rua Nossa Senhora de Fátima, Lote 4, em Minde, da freguesia de Minde. (Para deliberação – caducidade do licenciamento.) _____

_____ 5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS _____

_____ 5.1 - Projeto de Regulamento dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas do Concelho de Alcanena: Aprovação do Projeto de Regulamento; - Consulta Pública; - Parecer ERSAR (Inf 357/2020/DPGOM). Documento referência 16938/2020, Processo referência 2019/300.20.401/2. (Para deliberação) _____

_____ 5.2 - Proposta de Apoio à Junta de Freguesia de Moitas Venda – Requalificação do Mercado de Moitas Venda. Documento referência 3844/2020, Processo referência 2020/850.10.600/14. (Para deliberação) _____

_____ 6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO _____

_____ 6.1 – Proposta de atribuição da Medalha de Mérito do Município de Alcanena – Grau Ouro, a título póstumo, a António Martinho do Rosário, ortónimo de Bernardo Santareno, no ano da comemoração do seu centenário. Documento referência 16997/2020, Processo referência 2020/250.20.803/6. (Para deliberação) _____

_____ 7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL _____ PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO _____ _____ APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA _____

_____ **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ Pelas quinze horas e quinze minutos, encontrando-se a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, ausente, por motivos profissionais, assumiu a presidência da reunião a Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara que fixou o “Período Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal questionou os membros presentes se tinham algum comentário ou questão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia. _____

_____ Não foram colocadas questões ou demais comentários durante o período da Antes da Ordem Do Dia. _____

_____ Não havendo outros assuntos, de interesse geral para a Autarquia a tratar no “Período Antes da Ordem do Dia”, pelas quinze horas e vinte minutos, deu-se início à apreciação dos assuntos incluídos na Ordem do Dia. _____

_____ Entrou na reunião a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara que assumiu a presidência da reunião. _____

_____ **PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 – Ata da Reunião de Câmara realizada a dois de novembro de dois mil e vinte. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia dois de novembro de dois mil e vinte, tendo a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

_____ Foram feitas algumas correções pontuais que foram do conhecimento de todos. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** Aprovada a Ata da Reunião Ordinária de Câmara, realizada no dia dois de novembro de dois mil e vinte. _____

_____ **Votaram contra** os Vereadores, Senhores João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores, Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** questionou se tinha sido proposta alguma correção à Ata e se a mesma não tinha sido considerada. _

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que o link descrito na Ata não remete para o sitio onde está disponível o vídeo da reunião, para consulta. _____

_____ Acrescentou que se faz referência, na última página da Ata, que a Ata foi aprovada em Minuta quando na realidade foi feita a leitura da Minuta pela secretária da reunião. No entanto, não foi a mesma colocada à votação por quem estava a presidir a reunião, a Senhora Vice-Presidente. Disse ter ido visionar a gravação da reunião, confirmando que a Minuta da Ata não foi colocada à votação. _____

_____ Relativamente ao conteúdo da Ata, as retificações propostas foram incluídas. _____

_____ **A Secretária da Reunião de Câmara** esclareceu que o link que consta da Ata é o link que permitiu o acesso à Reunião de Câmara por videoconferência e não o link para o acesso ao visionamento da mesma. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o procedimento instituído é a disponibilização do vídeo da reunião no site da Câmara Municipal e do Facebook. Trata-se de um processo que está instituído e que não era necessário estar a recordar essa informação em todas as reuniões. _____

_____ No que diz respeito à Minuta da Ata da Reunião realizada no passado dia dois de novembro, dado que a mesma não foi colocada à votação, **a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** colocou a mesma a ratificação, que por lapso não foi colocada à votação pela Vereadora Senhora Maria João Martins Antunes Gomez. Acrescentou que, apesar da Minuta ter sido lida, nenhum dos presentes sinalizou a não votação da Minuta. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Ratificada a aprovação da Minuta da Ata da Reunião realizada no dia dois de novembro de dois mil e vinte. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu que pensava que o link que consta do texto da Ata remetesse para a gravação da mesma, a disponibilizar no site do Município. Disse ser conhecedora de que o

Município disponibiliza a gravação da mesma, tal como já tinha sido afirmado em reuniões anteriores. _____

_____ Quanto à aprovação da Ata em Minuta considera que foi um lapso que cabia a quem estava a presidir a Reunião acautelar. _____

_____ A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez esclareceu ficar estupefacta com a atuação e postura tomada. Por lapso e por sua culpa, a secretária da reunião também não lhe sinalizou, nem nenhum dos Senhores Vereadores, que a Minuta da Ata não fora colocada à votação. Fica surpreendida porque, possivelmente terá surgido alguma questão paralela à reunião e que, por lapso, não se colocou a mesma à votação. Fica a atitude e a postura dos Senhores Vereadores que, continuamente, surpreendem. _____

_____ **1.1 – Participação Variável do Município no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. Documento referência dezasseis mil novecentos e noventa e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.600/79. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta mencionada em epígrafe na qual se propõe, para aprovação, para os rendimentos do ano de dois mil e vinte e um, a Participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, em cinco por cento, percentagem prevista no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ **I- DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL** _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1. O Município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até cinco por cento, no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, conforme definido no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, na sua atual redação; _____

_____ 2. Conforme descrito no numero dois, do artigo vigésimo sexto acima mencionado, a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS - – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, pretendida

pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até trinta e um de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos; _____

_____ 3. Na ausência de deliberação ou de comunicação referida no número anterior, o município tem direito a uma participação de cinco por cento no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. _____

_____ 4. O Município de Alcanena, em dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez, aprovou a redução de um por cento no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, fixando em quatro por cento a participação variável do Município, no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares – nos termos do artigo vigésimo, da extinta Lei número dois/dois mil e sete, de quinze de janeiro; _____

_____ 5. Para os anos de dois mil e onze a dois mil e vinte, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixou em cinco por cento a participação variável do Município, no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, nos termos da Lei acima mencionada, considerando o estipulado no Plano de Saneamento Financeiro aprovado em dois mil e onze, que o mesmo deve integrar “um plano de maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais, taxas e operações de alienação de património”, nos termos do disposto na alínea f), do artigo quarto, do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março; _____

_____ 6. Apesar do Plano de Saneamento Financeiro acima referido, aprovado em dois mil e onze, se encontrar suspenso, conforme deliberado pela Assembleia Municipal em vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, cabe ao município garantir as condições económicas e financeiras necessárias para que continue a respeitar os requisitos da referida suspensão, nomeadamente através da maximização das receitas anuais; _____

_____ 7. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das alíneas e), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios; _____

_____ 8. O limite máximo da participação variável no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, encontra-se definido no artigo vigésimo sexto, da

Reunião de 23/11/2020

Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais; _____

_____ 9. Para melhor informação, apresenta-se no quadro a seguir a evolução na participação do IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares: _____

ANO	VALOR	PERCENTAGEM	OBSERVAÇÕES
2008	€ 240.544,00	4,00%	
2009	€ 206.190,00	4,00 %	
2010	€ 209.730,00	4,00%	
2011	€ 186.666,00	5,00%	
2012	€ 259.915,00	5,00%	
2013	€ 259.915,00	5,00%	
2014	€ 276.996,00	5,00%	
2015	€ 353.151,00	5,00%	
2016	€ 376.664,00	5,00%	
2017	€ 334.421,00	5,00%	
2018	€ 358.460,00	5,00%	
2019	€ 357.940,00	5,00%	
2020	€ 366.796,00	5,00%	Conforme definido no OE de 2020

_____ 10. O contexto de pandemia em que vivemos, com a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS - CoV-2, agente causador da doença COVID-19 que, tem-se agravado substancialmente nas últimas semanas, com a chegada da segunda vaga da pandemia; _____

_____ 11. A pandemia, que causou uma paragem quase geral durante os meses de março e abril, provocou uma alteração substancial da atividade económica em todos os setores da economia mundial, sendo o futuro próximo, também por isso, um período de incertezas no que diz respeito ao emprego e, consequentemente, aos rendimentos de muitas famílias, com especial atenção para o caso das famílias mais carenciadas; _____

_____ 12. O Município de Alcanena, enquanto autoridade local com responsabilidades na matéria da proteção e segurança dos seus munícipes, implementou, ao longo dos últimos meses, um conjunto de medidas de acordo com as orientações emanadas pela DGS – Direção Geral da Saúde e pelo Governo, com vista à salvaguarda e proteção da saúde pública em geral; _____

_____ 13. Para além das medidas de proteção acima referidas, o Município de Alcanena reforçou a sua intervenção social através de um conjunto de medidas adicionais e excecionais de apoio a famílias, empresas, IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social e Corporações de Bombeiros, quer através da sua

ação direta, quer através da Empresa Municipal AQUANENA, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, nomeadamente ao nível das Taxas e Licenças várias; _____

_____ 14. Antevendo a continuidade de quebra de rendimentos das famílias por tempo indeterminado, quer seja pela perda de emprego ou por quaisquer outros constrangimentos derivados da situação atual, perspetivamos o aumento dos casos sinalizados para apoio social direto às pessoas e às famílias mais carenciadas, residentes no concelho de Alcanena, estando na sua generalidade não sujeitas ao IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. _____

_____ Perante todas as circunstâncias acima referidas, propõe-se a manutenção da participação variável do Município, no IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares em cinco por cento, taxa fixada na lei. _____

_____ **II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** _____

_____ Em coerência com os fundamentos de facto e de direito acima enunciados, propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo das disposições legais referidas, proponha à Assembleia Municipal que delibere aprovar, para os rendimentos do ano de dois mil e vinte e um, a Participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, em cinco por cento, percentagem prevista no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ **III – DA DIVULGAÇÃO** _____

_____ Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do executivo municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de editais, nos lugares de estilo, Boletim Municipal e Internet, devendo dar-se, também, conhecimento da mesma a todos os serviços municipais, de acordo com o disposto no artigo 159º do Código do Procedimento Administrativo e números um e dois, do Artigo quinquagésimo sexto, da Lei número setenta e cinco/dois mil treze, de doze de setembro, no seu Anexo I. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Referiu que consta da proposta um quadro com a evolução da receita advinda deste imposto e da respetiva taxa, sendo que desde dois mil e onze, data de início do Plano de Saneamento Financeiro, se aplicou a taxa máxima prevista na lei. _____

_____ Propõe-se a manutenção da taxa em cinco por cento, dado que o Plano de Saneamento Financeiro, no qual se prevê a maximização das receitas e a minimização das despesas, encontra-se em vigor até dois mil e vinte e três, ainda que o mesmo se encontre suspenso. Mais referiu, que a suspensão decorre do cumprimento das regras definidas nesse Plano. Como estão presentes, para deliberação, quatro impostos, e existindo proposta de se intervir na redução de dois deles, propõe-se manter-se a taxa dos restantes dois, face ao ano anterior. A proposta de redução incide sobre o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis e a Derrama. _____

_____ Esclareceu que a presente taxa incide apenas sobre quem tem IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares a pagar, ou seja, pessoas com baixos rendimentos já estão excluídas do pagamento do IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e no que respeita às famílias tem o Município tido adoção de alargamento de políticas de apoios sociais, direcionado para as famílias que mais precisam. Deu como exemplo o Cabaz Infância Feliz, que apoia crianças até aos três anos com a atribuição de géneros e bens. Referiu, também, o Cabaz Sénior Feliz destinado a idosos sem retaguarda familiar, em situações de isolamento e de maior dificuldade social, com entrega de bens e géneros e trimestralmente. Acrescentou que foi, também, criado o Cabaz Solidário destinado a famílias que tenham tido alterações de rendimentos, por motivos profissionais ou pessoais, acrescidos da pandemia que se está a enfrentar. Regularmente é entregue cabaz com bens alimentares, sobretudo, a essas famílias. Face ao exposto é proposta a manutenção do imposto face ao ano anterior. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovar, para os rendimentos do ano de dois mil e vinte e um, a Participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, em cinco por cento, percentagem prevista no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. _____

_____ **1.3 - IMI - Definição das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no exercício económico de dois mil e vinte e um. Documento referência dezasseis mil novecentos e noventa e três/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.600/81. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe, para aprovação: _____

_____ 1) - Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis em dois mil e vinte e um, em zero vírgula quatro por cento - Para prédios urbanos, conforme alínea. c), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; _ _____

_____ 2) - Estabelecer uma majoração de trinta por cento para os edifícios que apresentem estado de degradação avançado (estado de conservação 1-Péssimo e 2-Mau), devidamente reconhecido pela Comissão de Vistoria de Utilização e Conservação do Edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis); _____

_____ 3) - Conforme alteração efetuada ao CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo Artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa de imposto de acordo com o número de elementos dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, coincidente com o domicílio fiscal, assim definido: _____

_____ - 1 dependente a cargo: dedução de € 20 (vinte euros); _____

_____ - 2 dependentes a cargo: dedução de € 40 (quarenta euros); _____

_____ - 3 ou mais dependentes a cargo: dedução de € 70 (setenta euros); _____

_____ 4) - Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, considerando ser matéria da competência daquele Órgão, nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ A proposta assenta nos seguintes considerandos: _____

_____ **I – DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL** _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1. O disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete/dois mil e três, de doze de novembro, com as posteriores alterações; _____

_____ 2. Com a entrada em vigor do supracitado diploma legal, foi introduzido um novo modelo que conduz a uma descida da tributação dos prédios mais recentes, operando-se ainda uma profunda reforma do sistema de avaliação da propriedade, em especial da propriedade urbana, já que, pela primeira vez em Portugal, o sistema fiscal passou a ser dotado de um quadro legal de avaliações totalmente assente em fatores objetivos, com coerência interna e sem grande espaço para a subjetividade e discricionariedade do avaliador; _____

_____ 3. Com tal diploma, afirma-se claramente a intenção de instituir um sistema que garanta uma maior equidade entre os contribuintes, repartindo de forma mais justa a tributação da propriedade imobiliária; _____

_____ 4. Com a implementação da atual reforma, não houve manifesta intenção em aumentar a receita fiscal, mas sobretudo a de beneficiar os contribuintes efetivos, através da descida das taxas, com o alargamento da base tributável, por via da redução gradual da evasão fiscal; _____

_____ 5. Nos termos do aludido diploma legal, designadamente o previsto no número quatro, do artigo centésimo décimo segundo, alterado pela Lei número sessenta e quatro/dois mil e oito, de cinco de dezembro, pela Lei número sessenta e quatro - B/dois mil e onze, de trinta de dezembro, pela Lei número oitenta e três - C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro e pelo artigo centésimo sexagésimo primeiro, da Lei número sete - A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, cabe ao Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos na alínea c), do número um, do mesmo artigo, considerando que a alínea a) é fixada por lei e que a alínea b) foi revogada pela Lei número oitenta e três - C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro, a saber: _____

_____ **“c) Prédios urbanos – 0,3% (zero vírgula três por cento) a 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento). “** _____

_____ 6. Por sua vez o artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete - A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, veio aditar ao CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis o artigo centésimo décimo segundo-A, relativo a prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargos, em que nos termos do número um “Os

municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:” _____

_____ 7. O Plano de Saneamento Financeiro teve em conta a aplicação da taxa máxima de 0,4% (zero vírgula quatro), em vigor à data da sua elaboração; _____

_____ 8. O Plano de Saneamento Financeiro aprovado em dois mil e onze, encontra-se suspenso, conforme deliberado pela Assembleia Municipal em vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, mas o seu prazo efetivo termina em dois mil e vinte e três; _____

_____ 9. À data de elaboração do Plano de Saneamento Financeiro não tinha sido ainda efetuada a avaliação geral de imóveis, que foi concluída no ano dois mil e doze, com reflexos no aumento da receita a cobrar relativamente ao inicialmente previsto; _____

_____ 10. Se tem verificado o cumprimento dos limites de endividamento líquido municipal, previsto no Plano de Saneamento Financeiro, bem como o cumprimento do Limite da Dívida Total previsto no artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, o que permitiu a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro; _____

_____ 11. O Município deve ponderar a necessidade de adequação dos recursos financeiros às necessidades autárquicas sentidas, e também a justiça e equidade das suas decisões, ajustada à realidade económica e social; _____

_____ 12. O CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis permite, conforme estipulado nos números seis, sete e oito, do artigo centésimo décimo segundo, a discriminação positiva ou negativa dos contribuintes sujeitos à tributação definida no código supra; _____

_____ 13. As receitas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis no concelho têm evoluído, conforme representado na tabela seguinte: _____

Ano	Valor receita cobrada bruta	¹⁾Taxa aplicada prédios rústicos	Taxa aplicada prédios urbanos	Taxa aplicada prédios urbanos avaliados conforme CIMI	Observações
------------	------------------------------------	--	--------------------------------------	--	--------------------

Reunião de 23/11/2020

2009	1.358.197,33 €	0,8%	0,7%	0,4%	IMI
	7.301,56 €				Contribuição autárquica
2010	1.249.712,59 €	0,8%	0,7%	0,3%	IMI
	6.072,79 €				Contribuição autárquica
2011	1.556.956,13 €	0,8%	0,7%	0,4%	IMI
	1.967,36 €				Contribuição autárquica
2012	1.506.655,94 €	0,8%	0,7%*)	0,4%*)	IMI
	767,18 €				Contribuição autárquica
2013	1.951.112,87 €	0,8%	0,8%	0,5%	IMI
	1.023,47 €				Contribuição autárquica
2014	2.172.284,17 €	0,8%	0,8%	0,45%	IMI
	4.632,05 €				Contribuição autárquica
2015	2.135.183,14 €	0,8%	Não aplicável	0,45%	IMI

____ Notas: _____

____ 1) Valor definido pelo CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pela alínea a), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo. _____

____ *) Para o ano dois mil e doze, apesar da Câmara Municipal ter deliberado aplicar as taxas máximas de 0,7% (zero vírgula sete por cento) e 0,4% (zero vírgula quatro por cento), com a aplicação da Lei número sessenta e quatro -B/dois mil e onze, de trinta de dezembro, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, os montantes máximos passaram a ser automaticamente, 0,8% (zero vírgula oito por cento) e 0,5% (zero vírgula cinco por cento), respetivamente. _____

____ Evolução dos limites máximos das alíneas b) e c), do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis: _____

____ - Até à alteração efetuada pela Lei número sessenta e quatro/dois mil e oito, de cinco de dezembro, eram de 0,8% (zero vírgula oito por cento) e 0,5% (zero vírgula cinco por cento); _____

____ - A Lei número sessenta e quatro/dois mil e oito, de cinco de dezembro fixa os limites máximos em 0,7% (zero vírgula sete por cento) e 0,4% (zero vírgula quatro por cento); _____

____ - A Lei número sessenta e quatro -B/dois mil e onze, de trinta de dezembro, veio novamente fixar os limites máximos em 0,8% (zero vírgula oito por cento) e 0,5% (zero vírgula cinco por cento), respetivamente; _____

_____ - A alínea b) é revogada pela Lei número oitenta e três -C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro; _____

_____ - A Lei número sete -A/dois mil e dezasseis, de trinta de março (Orçamento do Estado dois mil e dezasseis) fixa o limite máximo da alínea c) em 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento). _____

_____ 14. Conforme quadro acima importa garantir que, o Município tomando a decisão de reduzir gradualmente a taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, necessita de se ajustar também gradualmente ao respetivo impacto da redução da receita; _____

_____ 15. O Município tem definida uma clara estratégia de reabilitação urbana; _____

_____ 16. Se entende relevante estabelecer uma majoração da taxa para os edifícios classificados em estado de conservação 1-Péssimo e 2-Mau, devidamente reconhecidos pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo do número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito, do artigo centésimo décimo segundo e com o artigo décimo quarto, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis); _____

_____ 17. As discriminações descritas, podem consubstanciar um fator de forte impacto na criação de condições de atratividade para novos investimentos, no âmbito do projeto de reabilitação urbana; _____

_____ 18. A possibilidade de redução da taxa dos imóveis destinados a habitação própria e permanente, conforme aditamento introduzido ao CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pela Lei do Orçamento do Estado de dois mil e dezasseis, pode servir de incentivo ao aumento da taxa de natalidade e simultaneamente ao aliviar do imposto relativo ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis das famílias com dependentes a cargo, que no caso do concelho de Alcanena abrange à data, o seguinte número estimado de agregados familiares: _____

_____ - 490 (quatrocentos e noventa) Agregados com um dependente; _____

_____ - 376 (trezentos e setenta e seis) Agregados com dois dependentes; _____

_____ - 69 (sessenta e nove) Agregados com três ou mais dependentes; _____

_____ 19. O contexto de pandemia em que vivemos, com a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS - CoV-2, agente causador da doença COVID-19 que, tem-se agravado substancialmente nas últimas semanas, com a chegada da segunda vaga da pandemia, tem impacto generalizado em todas as famílias e agentes económicos; _____

_____ 20. O Município de Alcanena, enquanto autoridade local com responsabilidades na matéria da proteção e segurança dos seus munícipes, implementou, ao longo dos últimos meses, um conjunto de medidas de acordo com as orientações emanadas pela DGS – Direção Geral da Saúde e pelo Governo, com vista à salvaguarda e proteção da saúde pública em geral; _____

_____ 21. Para além das medidas de proteção acima referidas, o Município de Alcanena reforçou a sua intervenção social através de um conjunto de medidas adicionais e excecionais de apoio a famílias, empresas, IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social e Corporações de bombeiros, quer através da sua ação direta, quer através da Empresa Municipal AQUANENA, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, nomeadamente ao nível das Taxas e Licenças várias, sendo esta redução um complemento a todas as outras tomadas anteriormente; _____

_____ 22. A fixação anual da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ 23. As taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis estão definidas no artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete/dois mil e três, de doze de novembro. _____

_____ **II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** _____

_____ Em coerência com os fundamentos de facto e de direito acima enunciados, proponho à Câmara Municipal, que delibere: _____

_____ 1) - Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis em 2021, em 0,4% (zero vírgula quatro por cento) - Para prédios urbanos, conforme alínea. c), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; _____

_____ 2) - Estabelecer uma majoração de 30% (trinta por cento) para os edifícios que apresentem estado de degradação avançado (estado de conservação 1-Péssimo e 2-

Mau), devidamente reconhecido pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito, do artigo centésimo décimo segundo e com o artigo décimo quarto, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis); _____

_____ 3) - Conforme alteração efetuada ao CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo Artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete -A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa de imposto de acordo com o número de elementos dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, coincidente com o domicílio fiscal, assim definido: _____

_____ - Um dependente a cargo: dedução de € 20 (vinte euros); _____

_____ - Dois dependentes a cargo: dedução de € 40 (quarenta euros); _____

_____ - Três ou mais dependentes a cargo: dedução de € 70 (setenta euros); _____

_____ 4) - Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, considerando ser matéria da competência daquele Órgão, nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **III – Da Divulgação** _____

_____ Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do executivo municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de editais, nos lugares de estilo, Boletim Municipal e Internet, devendo dar-se, também, conhecimento da mesma a todos os serviços municipais, de acordo com o disposto no artigo centésimo quinquagésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo e números um e dois, do Artigo quinquagésimo sexto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no seu Anexo I. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que foi já assumida, publicamente, a redução gradual da taxa de IMI - Imposto

Municipal sobre Imóveis, desde dois mil quinze. Recordou que, quando o Plano de Saneamento Financeiro foi implementado, a taxa fixava-se em zero vírgula quatro por cento e por isso houve o entendimento que, estando o Plano de Saneamento Financeiro a decorrer, que não se deveria descer a taxa abaixo daquela que existia quando foi implementado o mesmo. A taxa tem vindo a ser reduzida desde dois mil e treze, chegando-se à taxa agora proposta de zero vírgula quatro por cento. _____

_____ Recordou que, também com o presente imposto, existe apoio às famílias, com a aplicação de redução de um valor de vinte, quarenta ou setenta euros, conforme a família tenha um, dois ou três dependentes menores a seu cargo. A presente Proposta vai no sentido de apoiar, também, diretamente as famílias, e de forma significativa. _____

_____ A Proposta prevê, também majoração para edifícios que apresentem grau de degradação avançado, péssimo ou mau, como orientação de incentivo e apelo à reabilitação urbana, área estratégica para o Município de Alcanena. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria:** _____

_____ 1) - Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis em dois mil e vinte e um, em 0,4% (zero vírgula quatro por cento) - Para prédios urbanos, conforme alínea c), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; _____

_____ 2) - Estabelecer uma majoração de 30% (trinta por cento) para os edifícios que apresentem estado de degradação avançado (estado de conservação 1-Péssimo e 2-Mau), devidamente reconhecido pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, e com o artigo décimo quarto, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis); _____

_____ 3) - Conforme alteração efetuada ao CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo Artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa de imposto de acordo com o número de elementos

dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, coincidente com o domicílio fiscal, assim definido: _____

_____ - Um dependente a cargo: dedução de € 20 (vinte euros); _____

_____ - Dois dependentes a cargo: dedução de € 40 (quarenta euros); _____

_____ - Três ou mais dependentes a cargo: dedução de € 70 (setenta euros); _____

_____ 4) - Remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, considerando ser matéria da competência daquele Órgão, nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **Votaram contra** os Vereadores, Senhores João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores, Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: _____

_____ “Menciona que neste ponto, neste ano, esperar-se-ia um esforço adicional do Município para com as famílias, devido à situação pandémica. Ainda que, tal como já mencionado pela Senhora Presidente, foi feito um esforço para com as famílias numerosas, mas poderia ter sido feito um esforço extra. A redução, face a dois mil e vinte, de cinco milésimas percentuais, em termos de impacto, é residual, atendendo encaixe financeiro que o Município tem tido com o presente imposto e que ascendeu a, aproximadamente, quinhentos mil euros/ano, face aos valores arrecadados até dois mil e treze. A proposta dos Cidadãos Por Alcanena – Um Concelho com Futuro vai no sentido de, atendendo à desvalorização do valor das casas, nomeadamente na vila de Alcanena e zonas periféricas, deveria a taxa ser idêntica à taxa praticada no vizinho Município de Torres Novas. Na Proposta não consta o impacto do incentivo à reabilitação dos prédios urbanos e não consta o respetivo impacto na diminuição do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis que, não tiveram qualquer impacto no mesmo.” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, conforme dito, o enquadramento dado à Proposta foi sério e responsável, ainda que entenda que, da perspetiva das famílias exista a possibilidade de menor pagamento de

impostos, concretamente no que diz respeito ao IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, recordou que, em dois mil e quinze foi assumida a orientação de redução gradual da taxa. Para apoiar as famílias existem, também, outros projetos. Para, o último ano de dois mil e vinte e um não lhes pareceu adequado fazer uma redução diferente da que tem vindo a ser anunciada desde dois mil e quinze. Se o fizessem poderia até ser feito algum comentário eleitoralista, pelo facto de dois mil e vinte e um ser um ano de Eleições Autárquicas. Esclareceu que nunca tiveram essa atitude, nunca tiveram e continuarão, em coerência, a não ter e com sentido de responsabilidade, para irem acautelando, ano apos ano, a redução da receita, dado que o equilíbrio orçamental tem de ser mantido, como o está a ser feito para dois mil e vinte e um. E é uma conjugação de todas as áreas que determina a proposta da aplicação da taxa de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

_____ Acrescentou estarem reunidas condições para, em anos futuros, se for esse o entendimento e devidamente fundamentado, irem-se acrescentando reduções da taxa de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis. Em dois mil e dez foi confrontada com a necessidade de aumentar a taxa de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, em dois mil e vinte e um deixa a Câmara com condições de continuar a diminuir a taxa de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis. Referiu ser essa a diferença na gestão que tem sido implementada no Município. _____

_____ **1.4 – Derrama a cobrar em dois mil e vinte e um. Documento referência dezasseis mil novecentos e noventa e quatro/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.600/82. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe ao abrigo das disposições legais referidas, nomeadamente no artigo décimo oitavo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, que proponha à Assembleia Municipal, já que esta matéria é competência deste Órgão, nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que: _____

_____ 1- Fixe em 1,5% (um vírgula cinco por cento), o percentual a aplicar na taxa da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, a cobrar em dois mil e vinte e um, às empresas com volume de negócios acima de €150000 (cento e cinquenta mil euros); _____

_____ 2- Fixe em 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), o percentual a aplicar na taxa da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre

o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, a cobrar em dois mil e vinte e um, às empresas com volume de negócios acima de €50000 (cinquenta mil euros) e até €150000 (cento e cinquenta mil euros), inclusive; _____

_____ 3 - Isente do pagamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, as empresas com volume de negócios até €50000 (cinquenta mil euros), inclusive. _____

_____ A proposta assenta nos seguintes considerandos: _____

_____ I – Da Justificação: _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1 - A Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – estabelece, no seu artigo décimo quarto, o que constitui receita do Município, constando na alínea c), do citado artigo, “o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo décimo oitavo” do mesmo diploma; _____

_____ 2 - Por sua vez, o artigo décimo oitavo, da citada Lei, estipula, no seu número um, que “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes, com estabelecimento estável nesse território”; _____

_____ 3 - Nos termos das alíneas d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, “...autorizar o lançamento de derramas.”; _____

_____ 4 - A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para o ano Dois mil e dezanove, fixou a taxa de 1,5 % (um vírgula cinco por cento); _____

_____ 5 – Conforme alude o número dezassete, do referido artigo décimo oitavo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, na sua atual redação, a deliberação a que se refere o número um, deve ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até ao dia trinta de novembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado; _____

Reunião de 23/11/2020

_____ 6 - Para melhor informação, apresenta-se no quadro a seguir a evolução da derrama desde o ano de dois mil e oito: _____

Ano	Derrama arrecadada	Taxa aplicada	Observações
2008	173.419,40 €	1,5%	
2009	356.126,53 €	1,5%	
2010	262.433,53 €	1,5%	
2011	479.117,13 €	1,5%	
2012	280.387,56 €	1,5%	
2013	424.402,65 €	1,5%	
2014	698.581,23 €	1,5%	
2015	414.695,19 €	1,5%	
2016	555.002,59 €	1,5%	
2017	776.263,75 €	1,5%	
2018	658.007,77 €	1,5%	
2019	604.424,82 €	1,5%	
2020	641.885,24 €	1,5%	Até 31-10-2020

_____ 7- A situação pandémica que vivemos, enfrentando uma segunda vaga com forte impacto ao nível da saúde pública, mas também ao nível social e económico das famílias e das empresas. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Referiu que a avaliação que se fez ao conjunto dos impostos municipais e que, na realidade do território se tenham de considerar as empresas também. A proposta vai no sentido de prever a existência de apoio para as empresas, fazendo, de seguida o enquadramento do proposto na Proposta presente à Reunião. Foi entendimento apresentar Proposta que diferencia as empresas consoante o volume de negócios. A Proposta pretende ir ao que está ao alcance da Câmara Municipal face à Derrama. _____

_____ Esclareceu que o título da proposta é a Cobrança da Derrama em dois mil e vinte e um face ao lucro de dois mil e vinte. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovado, nos termos do artigo décimo oitavo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, que proponha à Assembleia Municipal, já que esta matéria é competência deste Órgão, nos termos da alínea d), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que: _____

_____ 1- Fixe em 1,5% (um vírgula cinco por cento), o percentual a aplicar na taxa da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, a cobrar em dois mil e vinte e um, às empresas com volume de negócios acima de €150000 (cento e cinquenta mil euros); _____

_____ 2- Fixe em 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), o percentual a aplicar na taxa da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, a cobrar em dois mil e vinte e um, às empresas com volume de negócios acima de €50000 (cinquenta mil euros) e até €150000 (cento e cinquenta mil euros), inclusive; _____

_____ 3 - Isente do pagamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) correspondente ao ano de dois mil e vinte, as empresas com volume de negócios até €50000 (cinquenta mil euros), inclusive. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal**, antes de passar ao enquadramento do seguinte ponto, informou que, à data, em complemento à informação transmitida dos apoios às famílias, deu conhecimento que o Cabaz Bebé Feliz, até à data, já ultrapassou os 26.500,00€ (vinte e seis mil e quinhentos euros) de apoio. O Cabaz Infância Feliz já ultrapassou ou 6.000,00€ (seis mil euros) de apoio, o Cabaz Sénior está em cerca de 6.000,00€ (seis mil euros) e o Cabaz Solidário também cerca de 6000,00€ (seis mil euros). Significa que, só para as famílias, a Câmara já apoiou com mais de 50.000€ (cinquenta mil euros) que era o que possivelmente não se iria arrecadar com a redução da Taxa Variável de Participação no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. _____

_____ **1.5 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Documento referência dezasseis mil novecentos e noventa e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2019/350.10.600/78. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando em zero vírgula vinte e cinco por cento, o seu percentual, para aplicação em dois mil e vinte e um, uma vez que esta matéria é da competência daquele Órgão, conforme refere a alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, remetendo-se à Assembleia Municipal para aprovação. _____

_____ A proposta assenta nos seguintes pressupostos:

_____ **I – DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL** _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1. A Lei número cinco/dois mil e quatro, de dez de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), na sua atual redação, estabelece no seu artigo centésimo sexto que “Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei número cento e vinte e três/dois mil e nove, de vinte e um de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais.”. _____

_____ 2. A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) é, nos termos do supracitado diploma legal, “determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da fatura mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município”, na área do Município e o seu percentual deve ser aprovado anualmente, até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), conforme estabelecido na alíneas b), do número três, do artigo centésimo sexto, da Lei número cinco/dois mil e quatro, com as suas alterações; _____

_____ 3. De acordo com o número quatro, do artigo centésimo sexto, da citada Lei, com a décima alteração introduzida pela Lei número cento e vinte e sete/dois mil e quinze, de três de setembro: “Nos municípios em que seja cobrada a TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.” _____

_____ 4. Em vinte e nove de setembro de dois mil e quatro, foi publicado, pelo ICP-ANACOM - Instituto das Comunicações de Portugal-Autoridade Nacional de Comunicações, na II Série do Diário da República número duzentos e trinta, o Regulamento número trinta e oito/dois mil e quatro, no qual se procede à definição dos procedimentos referentes à cobrança e entrega mensais aos municípios, das receitas provenientes da aplicação da TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a

adotar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público em local fixo. _____

_____ 5. Nos termos deste Regulamento, os municípios devem disponibilizar às empresas sujeitas a TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem uma tabela de conversão entre os números do Código Postal e as áreas do respetivo Município (cf. Número cinco, do artigo quarto); _____

_____ 6. Para melhor informação, apresenta-se no quadro a seguir a evolução do valor recebido relativo à TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem: _____

ANO	VALOR RECEBIDO	PERCENTAGEM	OBSERVAÇÕES
2011	€ 2.037,71	0,25%	
2012	€ 3.456,66	0,25%	
2013	€ 5.085,54	0,25%	
2014	€ 3.596,18	0,25%	
2015	€ 3.864,40	0,25%	
2016	€ 5.527,01	0,25%	
2017	€ 2.049,30	0,25%	
2018	€ 3.257,20	0,25%	
2019	€ 7.196,61	0,25%	
2020	€ 3.645,99	0,25%	Até 31-10-2020

_____ 7. Nos termos do disposto na alínea f), do artigo quarto, do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, propõe-se a manutenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em vigor no ano transato. _____

_____ 8. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das alíneas b), do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar as taxas do município e fixar respetivo valor. _

_____ **II – Da proposta em sentido estrito:** _____

_____ Propõe-se à Câmara Municipal de Alcanena, em coerência com os fundamentos de facto e de direito abaixo enunciados, que proponha à Assembleia Municipal, a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) o seu percentual, para aplicação em dois mil e vinte e um, uma vez que esta matéria é da competência daquele Órgão, conforme refere a alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **III – Da divulgação:** _____

Reunião de 23/11/2020

_____ Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do executivo municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de editais, nos lugares de estilo, Boletim Municipal e Internet, devendo dar-se, também, conhecimento da mesma a todos os serviços municipais, de acordo com o disposto no artigo 159º do Código do Procedimento Administrativo e números um e dois, do Artigo quinquagésimo sexto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, no seu Anexo I. _____

_____ Deve ainda ser enviada informação da deliberação a todas as empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público em local fixo e à ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Quando se implementou a taxa foi na ótica de maximização das receitas. Aplica-se a atravessamento, passagem de infraestruturas, quer por domínio público quer em domínio privado do Município, que oferecem redes de comunicações eletrónicas de telecomunicações acessíveis ao público. O valor da taxa não pode ultrapassar a taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento. Esclareceu que na proposta se apresenta uma evolução do valor recebido ao longo dos anos. a expectativa de recebimento ficou muito aquém do que se previa receber e, até à data, continua a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações a não dar informação aos Municípios sobre os valores cobrados aos clientes, não há transparência. Assim, propõe-se a manutenção da mesma taxa, ainda que em dois mil e dezanove o valor aumentou, ainda que em valores que ficam muito aquém do expectável. Os valores são cobrados aos clientes dos serviços. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** questionou se houve alguma explicação para o acréscimo do valor da taxa em dois mil e dezanove e decréscimo para dois mil e vinte. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, considerando que o ano de dois mil e vinte ainda não terminou, existe, ainda, alguma expectativa de aumento do valor a receber, mantendo-se o valor em proporção semelhante ao recebido em dois mil e dezanove. A justificação advém do aumento do investimento em infraestruturas e alargamento de rede, por parte das operadoras de telecomunicações, na tentativa de melhorar a rede e de a levar a mais clientes. _____

_____ **O Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** acrescentou que a taxa versa sobre contratos, principalmente porque muitos contratos foram

renegociados via abandono da opção satélite ou outras infraestruturas, para a versão por fibra ótica que foi colocada em todo o Concelho. Isso fez aumentar o número de contratos abrangidos pela Taxa Municipal de Direitos de Passagem. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ Aprovada a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em zero vírgula vinte e cinco por cento o seu percentual, para aplicação em dois mil e vinte e um, uma vez que esta matéria é da competência daquele Órgão, conforme refere a alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, remetendo-se à Assembleia Municipal para aprovação. _____

_____ **2 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **2.a) Listagem de despachos no período decorrido de treze de outubro a dezoito de novembro de dois mil e vinte. Documento referência dezassete mil e vinte e um/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.400/50. (Para conhecimento)** _____

_____ Foi presente, para conhecimento, a Listagem identificada em epígrafe, cujo teor se dá aqui integralmente por reproduzido, para todos os efeitos legais e fica arquivado no maço de documentos respeitante a esta Ata. _____

_____ **Deliberação: - Tomado conhecimento.** _____

_____ **2.b) Informação sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Alcanena. Documento referência dezasseis mil oitocentos e quarenta e quatro/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.20.404/3. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município, subscrita pela firma Rosa Lopes, Gonçalves e Mendes e Associados, Limitada, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativa ao primeiro semestre de dois mil e vinte. _____

_____ Destaca-se do mesmo a conclusão, na qual se refere que "...tendo em conta a especificidade sua atividade, regista, neste semestre, um desempenho económico superior face ao período homólogo anterior. _____

_____ Este desempenho será atenuado logo que possível efetuar o processamento definitivo das amortizações/depreciações e subsídios ao investimento de acordo com o

estipulado no SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística - Administrações Públicas. _____

_____ Registou-se um ligeiro aumento da dívida bruta, mas que ainda assim, continua a representar apenas cerca de trinta e três por cento dos limites legais. _____

_____ De referir o aumento da dependência do Estado Central, em termos de receitas efetivamente cobradas (sessenta vírgula sete por cento em trinta de junho de dois mil e vinte contra cinquenta e um vírgula sete por cento no período homólogo anterior), fundamentalmente explicado pelo aumento das comparticipações comunitárias recebidas no primeiro semestre de dois mil e vinte assim como pelos efeitos diretos e indiretos da pandemia, COVID-19, por via de redução de receitas, entre as quais algumas reduções e isenções concedidas pelo município no âmbito das mesmas.” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Disse tratar-se de um Relatório que faz uma análise bastante completa, que vai ser remetida à Assembleia Municipal, fez referência à conclusão do documento. _____

_____ O Município tem um desempenho económico melhor, na sequência da perspetiva de melhoria que é sempre a preocupação do Município. Referencia-se a redução da receita, muito devido à pandemia COVID-19, também relativamente a isenções e apoios que a Câmara Municipal tem prestado, com impacto nas contas do primeiro semestre de dois mil e vinte. _____

_____ Justificou que, também o impacto que a pandemia tem tido nas contas do Município, leve à necessidade de se efetuar uma correta gestão entre as despesas e as receitas, para não comprometer as exigências legais que o Município tem de cumprir em termos orçamentais. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra a Vereadora Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu que no documento são levantadas algumas questões, nomeadamente, com a passagem do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, para o SNC - Sistema de Normalização Contabilística, muitas das situações reportadas são feitas com base em estimativas e que ainda se aguardam pareceres de entidades externas para poderem fazer a integração de determinados valores. _____

_____ No que diz respeito ao solicitado à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e à Associação Centro Ciência Viva do Alviela, os dados não foram fornecidos,

considerando essa situação estranha, na medida em que a Senhora Presidente faz parte da Direção das duas entidades. _____

_____ Referiu, em jeito de conclusão, não conseguir entender como se consegue, com base em estimativas, se apresentar tais conclusões, existindo diferenças entre o referenciado no documento e na conclusão do mesmo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** justificou estar-se perante um relatório intermédio e os orçamentos e relatórios de contas são enviados em altura de aprovação do Orçamento Municipal e do Relatório e Contas do Município. No entanto, tal não é justificação para não serem enviados outros elementos adicionais, ainda que não tenha tido conhecimento de ter estado em falta algum elemento que tenha sido solicitado a ambas as entidades, informações essas que também não estariam a comprometer a informação prestada neste relatório intermédio. _____

_____ Relativamente ao SNC - Sistema de Normalização Contabilística, trata-se de um processo novo, com regulamentação ainda em falta e orientações por parte da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, não dadas ainda na sua plenitude, ou seja, não decorre de processos pendentes do Município, mas sim por falta de orientações dadas e regulamentação de outras entidades. _____

_____ Em conclusão, com o término do ano haverá informação mais completa e real. No entanto, verificar-se-á com as contas de dois mil e vinte, quando estas forem apresentadas, o impacto que a pandemia teve nas contas do Município. O Município tem procurado apoiar as famílias, com redução e isenção de taxas, têm sido feitas doações de Equipamentos de Proteção Individual a diversas entidades, despesas com as quais, quando se elaborou o orçamento, não se estava a contar ter. Não passava pela cabeça de ninguém, em outubro de dois mil e dezanove, quando se aprovaram as contas para dois mil e vinte, que o ano de dois mil e vinte teria esse impacto. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu ter-se esquecido de mencionar na sua intervenção que outro dos fatores que poderá contribuir para o aumento da dívida bruta é a Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** confirmou que também terá de ser feita essa contabilização. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal. ____

_____ **2.c) Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para 2021. Documento referência dezassete mil e setenta/dois mil e vinte. Processo referência 2020/150.20.202/1 (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal, para dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ O orçamento para o ano de dois mil e vinte um fixa-se em 19 881 798€ (dezanove milhões oitocentos e oitenta e um mil setecentos e noventa e oito euros), sendo 12 609 714€ (doze milhões seiscentos e nove mil setecentos e catorze euros) de receitas correntes e 7 272 084€ (sete milhões duzentos e setenta e dois mil e oitenta e quatro euros) de receitas de capital e 11 639 490€ (onze milhões seiscentos e trinta e nove mil quatrocentos e noventa euros), de despesas correntes e 8 242 308€ (oito milhões duzentos e quarenta e dois mil trezentos e oito euros) de receitas de capital. ____

_____ Foi remetido, igualmente, para aprovação, o Plano Plurianual de Investimentos para os anos de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, sendo que, para dois mil e vinte e um, o total da despesa é igual ao total das receitas e, para os anos seguintes, a receita é em valor superior à despesa. Assim, o ano de dois mil e vinte e três apresenta um saldo de 284.186€ (duzentos e oitenta e quatro mil cento e oitenta e seis euros, em dois mil e vinte e quatro, um saldo de 909.992,00€ (novecentos e nove mil novecentos e noventa e dois euros) e em dois mil e vinte e cinco, um saldo de 1.015.724€ (um milhão quinze mil setecentos e vinte e quatro). _____

_____ Deverão os documentos ser presentes à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto, da supracitada lei. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez uma apresentação de um resumo do Orçamento presente à votação. _____

_____ Iniciou a apresentação referindo que o Orçamento orça em 19.881.798€ (dezanove milhões oitocentos e oitenta e um mil setecentos e noventa e oito euros), com receitas correntes superiores às receitas de capital e as despesas correntes inferiores às despesas correntes, permitindo a existência de equilíbrio do orçamento. _____

_____ A componente financeira tem um grande peso nas Grandes Opções do Plano, bem como a área cultura e recreativa. Significativas são, também, as verbas de

transferências entre administrações. No gráfico apresentado verifica-se que todas as áreas estão representadas. _____

_____ Referiu que o Orçamento de dois mil e vinte um está muito comprometido com as intervenções e projetos que vêm do ano de dois mil e vinte e que ainda não terminaram. _____

_____ Fez uma apresentação da evolução do orçamento desde dois mil e cinco, esclarecendo tratar-se de um orçamento real. O valor do orçamento de dois mil e dez resulta da contração do empréstimo referente ao Plano de Saneamento Financeiro e o de dois mil e quinze, face à forte componente do apoio comunitário para a empreitada da Remodelação da Rede de Coletores. Nos anos mais próximos refletiram a forte componente de projetos apoiados por Fundos Comunitários e pela forte reavaliação do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, em que foi possível negociar-se o empréstimo com spreads mais vantajosos para o Município. _____

_____ Seguidamente fez uma apresentação da taxa de evolução da execução orçamental da receita desde dois mil e cinco e fez referência aos projetos com maior peso de despesa de capital refletidos no orçamento. _____

_____ Referiu a empreitada de Rede de Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto e respetiva fiscalização, estando esta assumida pelo empreiteiro ou por fundos comunitários, caso seja aprovado em sede de reprogramação financeira. _____

_____ Destacou a Rede de Saneamento de Carvalheiro e respetiva fiscalização, o projeto Documentar Alcanena, o Projeto Caminhos, a Melhoria da Eficiência Energética na Habitação Social nos Bairros Doutor Anastácio Gonçalves e Bairro da Cantina, Rotas e Percursos, projetos estes que estão a passar para dois mil e vinte e um. _____

_____ Destacou, também, a Requalificação da Área Envolvente ao Edifício Social – Rua da Cova, cuja obra se encontra suspensa por necessidade de realização de trabalhos por parte da EDP - Energias de Portugal, prevendo-se que retome em meados de janeiro do dois mil e vinte e um. _____

_____ Referiu que a Requalificação da Conduta Adutora de Monsanto se encontra praticamente concluída, avançando depois as pavimentações. _____

_____ Destacou as obras em fase de adjudicação, Centro Escolar de Minde, que aguarda aprovação da candidatura para adjudicação da empreitada. Quanto ao Parque de Estacionamento dos Olhos de Água do Alviela ainda será para se abrir concurso, estando o procedimento em preparação e a aguardar pareceres das entidades. Quanto ao

Parque Verde será para aprovar e candidatar e abertura de concurso da Requalificação da Estrada Alcanena/Pousados. _____

_____ Disse prever-se no Orçamento para o ano de dois mil e vinte e um a Requalificação do Estádio Municipal Joaquim Maria Batista, a Requalificação da Estrada/Alcanena Pousados, a Ligação da Ciclovía do Parque Verde de Alcanena à Estrada de Pousados, a Requalificação do Mercado de Minde, o Largo da Capela de Santo António, em Minde e o Jardim das Lagoas. Cada uma delas está na sua fase. _____

_____ Informou que já se obteve Visto Prévio favorável do Tribunal de Contas para o Empréstimo de médio e longo prazo, podendo as obras avançarem. _____

_____ Quanto à Requalificação do Mercado de Minde, informou que tem candidatura aprovada, devendo proceder ao desenvolvimento dos trabalhos. _____

_____ No que diz respeito ao Largo da Capela de Santo António informou estar a ser finalizado o estudo prévio para se avançar para o projeto de execução. _____

_____ Encontra-se em avaliação o projeto do Jardim das Lagoas para depois se avançar com a obra. _____

_____ Relativamente aos projetos e medições em curso, deu conhecimento da preparação do projeto de Requalificação da Antiga Escola Básica do Primeiro Ciclo de Alcanena, para Habitação Social, sendo que no orçamento para dois mil e vinte e um será de considerar apenas o valor do projeto.

_____ Deu conhecimento das diversas pavimentações previstas em Covão do Coelho, Vale Alto, Carvalheiro e Moitas Venda. _____

_____ Deu conhecimento de que se encontra em elaboração o projeto de Requalificação da Escola Secundária de Alcanena, a ser ultimado pelo Ministério da Educação. A requalificação será para candidatar quando abrir o aviso de candidatura pela CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para requalificação dos edifícios escolares, onde será candidato o Centro Escolar de Minde e a Escola Secundária de Alcanena, ainda dentro do atual Quadro Comunitário de Apoio.

_____ Quanto ao Gabinete de Saúde Oral disse estar-se a aguardar a aprovação da candidatura para instalação do mesmo no Centro de Saúde de Alcanena. _____

_____ Para projetos a decorrer e concursos ultrapassa-se mais de doze milhões de investimento, para empreitadas mais relevantes. _____

_____ No que diz respeito ao Mapa de Pessoal esclareceu que o aumento do número de trabalhadores deve-se aos trabalhadores, assistentes operacionais e assistentes técnicos da área da educação, na sequência da assunção das transferências de

competências da área da Educação para o Município. No que diz respeito à área da Saúde informou que se encontra para assinatura, previsivelmente ainda no corrente ano, o Auto de Transferências nesta área, passando a ser da competência do Município as despesas de manutenção dos equipamentos e os assistentes operacionais. _____

_____ Informou que se encontram a decorrer concursos para informática, arqueologia, arquivo, turismo, reforço a nível dos sapadores bombeiros e continuar a reforçar o número de assistentes operacionais para apoio aos equipamentos Municipais.

_____ Em termos globais, recordou que existem muitos projetos intermunicipais, em parceria com a Comunidade Intermunicipal, estando previstas as comparticipações do Município nesses projetos, está previsto no orçamento as transferências para as associações, em termos de quotizações, em que o Município participa. Estão previstas manutenções de edifício, equipamento básico e informático, ainda que o Município tenha vindo a investir na melhoria do equipamento informático do Município, estando já muito trabalho feito nos serviços e escolas. Deu conhecimento estar previsto melhoria dos equipamentos informáticos ao nível da DDSU - Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo para melhoria dos equipamentos desta divisão. _____

_____ Ao nível da Proteção Civil destacou o reforço de mais bombeiros sapadores e manter o apoio ao equipamento básico, fardamento, equipa de sapadores, aos Bombeiros Voluntários de Minde, nomeadamente verbas necessárias para o dispositivo de combate a incêndios. Prevê-se, neste capítulo, também, o apoio ao Gabinete Técnico Florestal, às Torres de Vigia. A nível dos Recursos Humanos, informou estar previsto prover o lugar que ficou vago com a saída da Técnica do Gabinete Técnico Florestal, para o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, para estabilizar o Gabinete. _____

_____ Na área da Educação prevê-se a manutenção das responsabilidades a nível de pessoal e demais contratos como eletricidade, gás, transportes, refeições, manuais escolares e com intervenções de obras, com conclusão de todos os processos de melhoria da Escola Básica do Primeiro e Segundo Ciclo Doutor Anastácio Gonçalves, e com as intervenções já referidas no Centro Escolar de Minde e Escola Secundária de Alcanena, para além das intervenções nas restantes Escolas Básicas e Jardins de Infância ainda em funcionamento. _____

_____ Ao nível da Saúde estão previstas verbas para o caso de se assinar ainda no corrente ano o Auto de Transferência de Competências. _____

_____ Ao nível da Ação Social referiu os vários projetos sociais, como os Cabazes já referidos no início da presente Reunião, o Apoio aos Estudantes do Ensino Superior, comparticipação nos projetos vários. Destacou para dois mil e vinte e um a possibilidade do arranque da obra do Lar Residencial para Pessoas com Deficiência, um projeto que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos em parceria com o CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano. A Câmara Municipal cedeu o imóvel, o CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano encontra-se a preparar a candidatura ao Programa PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, a apresentar até ao final do mês. Referiu que está previsto em orçamento o que está previsto desde a primeira hora, ou seja, o apoio na comparticipação de cinquenta por cento da contrapartida nacional da operação. Já foi assim com o projeto e será assim com a obra. _____

_____ A nível da habitação destacou a requalificação dos Bairros Anastácio Gonçalves e Bairro da Cantina para, posteriormente se avançar para a requalificação do Bairro Timor Lorosae, dado que não é possível fazer a requalificação de todos ao mesmo tempo. _____

_____ Deu conhecimento do projeto para mais habitação, com o projeto que vai arrancar para a reabilitação da Escola do Primeiro Ciclo de Alcanena e a Estratégia Local de Habitação. _____

_____ No que diz respeito ao Ordenamento do Território informou estar consagrado, quer com o Plano de Pormenor na Zona da A1/A23, em elaboração, quer com ORUs - Operações de Reabilitação Urbana que estão em curso e trabalhos de melhoria de espaço público, eventualmente por necessidade de demolições de imóveis degradados, na sequência de vistorias que a DDSU - Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo tem vindo a fazer para ultrapassar situações em ruínas. _____

_____ No que diz respeito ao Saneamento destacou as obras de Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto e Carvalheiro que se encontram a decorrer. _____

_____ No que diz respeito ao Abastecimento de Água destacou a conclusão da obra da Conduta Adutora de Monsanto, podendo haver alguma intervenção que possa passar para o próximo ano. _____

_____ No que diz respeito ao Meio Ambiente e Proteção da Natureza, destacou o Cemitério Municipal e o Centro Ciência Viva, a requalificação prevista na Praia Fluvial, Estacionamento e Passadiço de acesso à Praia Fluvial, o Parque Verde, o Observatório Ambiental, a requalificação de espaço verde a nível de jardins. _____

_____ No que diz respeito à Cultura, ainda que se esteja a verificar algum comprometimento na realização das atividades, referiu que as Associações do Concelho continuam a ser apoiadas, os equipamentos culturais que necessitam de manutenção. Informou estar previsto algum valor para a realização de algumas atividades mais relevantes, que se prevê que venham a ser realizadas, como é o caso das Comemorações do Vinte e Cinco de Abril ou do Aniversário do Concelho, que se realiza a oito de maio.

_____ Acrescentou que ficou consagrada a verba necessária para o projeto Rede Cultura dois mil e vinte e sete, em parceria com o Município de Leiria. _____

_____ No que diz respeito ao Desporto, destacou o apoio às Associações Desportivas, as intervenções nos equipamentos desportivos, como as Piscinas Municipais, Estádio Municipal, para além de atividades que se procurará ver se conseguem ser realizadas para o próximo ano, como é o caso do Passeio Ciclo Turístico Lisboa-Alcanena e as restantes atividades como as Caminhadas pelo Concelho, Trail das Serras de Aire e Candeeiros, Fórum da Juventude. _____

_____ No que diz respeito à área da Indústria e Energia, destacou o projeto de Eficiência Energética das Piscinas Municipais e a procura de se intervir na melhoria da iluminação pública. _____

_____ Destacou o esforço de cumprimento da amortização da dívida Autárquica. _____

_____ A nível das transferências para as Juntas de Freguesia destacou o apoio aos Cemitérios, Mercado de Moitas Venda. Salientou a transferência que se faz para as Juntas de Freguesia, que ascende a quinhentos mil euros, valor já há muito assumido. Esclareceu que, se em dois mil e nove encontrou uma dívida às Juntas de Freguesia na ordem dos 500.000€ (quinhentos mil euros), em dois mil e vinte e um, não deixa de ser relevante e simbólico terminar-se o mandato não com dívida às Juntas de Freguesia, mas sim com a entrega de um envelope financeiro de quinhentos mil euros, que era o equivalente à dívida existente em dois mil e nove. _____

_____ Terminou dizendo estar-se perante um orçamento que muito a honrava apresentar, sendo o último que irá apresentar em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal. É o culminar de muitos projetos e ações e a existência de alguns projetos que importa continuar. Dois mil e vinte e um concluir-se-á com obras a decorrer, com o início de outras, outros projetos estão lançados, é essa a dinâmica das organizações e muitos projetos se irão ainda desenvolver. _____

_____ **A Vereadora, Maria João Vaz Moiteiro de Abreu Rodolfo** reiterou que não veio o Plano e o Orçamento para dois mil e vinte e um da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, considerando que o mesmo poderá ter impacto no Orçamento para dois mil e vinte e um. _____

_____ Acrescentou que, no que diz respeito ao Centro Ciência Viva, face ao decréscimo de visitantes Centro de Ciência Viva, cujos visitantes passaram de dezasseis mil para cinco mil visitantes, face ao período homólogo, e face aos anuais diretos que estão estimados em cento e vinte e três mil euros, verifica-se ser necessário um acréscimo de setenta e cinco mil euros para o equilíbrio das contas. Disse não ter entendido, da leitura do Orçamento da Câmara, se esse reforço iria ser feito. _____

_____ No que diz respeito ao Plano de Atividades e Orçamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, referiu que foram levantadas pelo Conselho Consultivo ao orçamento e que não foram acolhidas pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, nomeadamente quanto ao que diz respeito às águas residuais de curtumes serem caracterizadas como as águas residuais com características domésticas. Disse entender o argumento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima que, ao se considerarem os efluentes designados como águas industriais com características domésticas será mais fácil que os investimentos a realizar possam ser apresentados a candidaturas cofinanciadas, mas o facto é que, objetivamente, setenta por cento do esgoto que chega à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena é industrial. Questionou qual seria o impacto que depois em termos da própria saída dos emissores, nas unidades de tratamento primário, de que forma condicionaria a respetivas licenças de emissão de descarga. _ _____

_____ Ficou surpreendida, face a anos anteriores, quanto aos custos de pessoal. Quando foi efetuado o estudo justificativo dos custos com gasto de pessoal fazia-se referência à necessidade de enquadrar, nos seus quadros, quarenta e três pessoas. Nessa altura o Grupo de Cidadão por Alcanena – Um Concelho com Futuro, alertou para o facto desse número ser insuficiente. Atualmente, no relatório não se apresenta dados com pessoal, ainda que, no relatório que foi levado a consideração do Conselho Consultivo se mencionam entre cinquenta e três e cinquenta e seis pessoas necessárias para dois mil e vinte e um. Tal traduzia-se num custo com pessoal mais elevado, não

estando em causa a necessidade ou não de pessoal e que ultrapassa um milhão de euros. Os custos com pessoal, junto com o custo de investimento necessário para intervenção no tratamento terciário, também não considerados, sendo o último imprescindível para o cumprimento da licença de descarga, licença essa que deveria ser renovada no final do ano. _____

_____ Em relação às considerações que fizeram no passado ano continua sem ser possível fazer a comparação entre os custos e proveitos do relatório face ao estudo justificativo inicial, sobretudo o que diz respeito ao saneamento de origem doméstica e o saneamento de origem industrial. _____

_____ Em relação a eficiência energética, para dois mil e vinte e um, para além da instalação de alguns sistemas mais eficientes como substituição de lâmpadas, sistemas fotovoltaicos e aquisição de carros, não se consegue aferir que haja um decréscimo de consumo energético na da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____ No que diz respeito Conselho Consultivo e ainda que os membros que o compõem tenham bastante experiência no que diz respeito às águas residuais, no que diz respeito ao abastecimento de água não é feita praticamente qualquer avaliação sobre os investimentos necessários. _____

_____ Quanto aos investimentos previstos realizar na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, quer no abastecimento e no saneamento, faz-se referência que apenas se realizarão se houve um enquadramento financiamento. Se existir possibilidade de financiamento, tanto melhor, mas estar-se à espera que eles venham, havendo necessidades urgentes de intervenção, nomeadamente algumas condutas de água pública degradadas, com amianto e intervenções na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, verifica-se que a execução dos objetivos está fortemente comprometida. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, pediu para interromper dizendo que estão a analisar o Orçamento da Câmara e não o Orçamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** diz que o documento que vem para apreciação faz parte da pasta que diz “orçamentos e mapas” _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** diz que é um documento que se anexa porque faz sentido que se anexe para conhecimento porque é uma empresa participada pela Câmara Municipal que detêm a totalidade do seu capital assim como vem o Orçamento da Associação Centro Ciência Viva porque é participado maioritariamente pela Câmara Municipal. Não vem em anexo aos Documentos Previsionais da Câmara o Orçamento da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima, porque a participação na RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima é de dez por cento, logo, não é uma participação maioritária. Repetiu estar-se a apreciar os Documentos Previsionais da Câmara porque os Documentos Previsionais da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima foram deliberados nos seus órgãos, no Conselho de Administração e na Assembleia Geral e juntou-se um parecer do Conselho Consultivo que não é vinculativo. Disse considerar estranho e curioso estar a apresentar os Documentos Previsionais para dois mil e vinte da Câmara Municipal, da atividade que é da responsabilidade e da competência da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Maria João Rodolfo estar preocupada com o Orçamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Informou que não iria fazer comentários ao Orçamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Poderia ter sido feita alguma observação e não estar a analisar exaustivamente os Documentos Previsionais da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima quando era suposto estar a analisar os Documentos Previsionais da Câmara Municipal. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que analisaram, o melhor e mais exaustivo possível os documentos remetidos e, dado que os mesmos foram remetidos, era dever e obrigação, como Vereadores, fazerem análise a todos ele. Expressaram uma série de preocupações, tendo a Senhora Presidente da Câmara toda a legitimidade para não se pronunciar. Não obstante, tal como afirmado, o capital da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima é o capital do Município e em termos de decisões de gestão terão impactos sobre o bom funcionamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de

Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e sobre a necessidade de investimentos ou não da mesma. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tudo é esclarecido e falado nos órgãos próprios. Esclareceu que não disse que não era importante, porque é importante, mas apenas afirmou que o que está na Ordem de Trabalhos são os documentos para deliberar sobre os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal da Câmara para dois mil e vinte e um, e sobre essa matéria não viu referências por parte da Senhora Vereadora. _____

_____ **A Senhora Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que também tomariam a posição referente as Grandes Opções do Plano em si. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente**, disse que não se preocupava, mas estava a tentar localizar e focar na deliberação que estava em discussão. _____

_____ **A Senhora Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que em relação ao plano de melhoramento de eficiência energética é um plano que é largamente insuficiente, considerando que o consumo energético na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais ronda cerca de setecentos mil euros ou oitocentos mil euros. Assim, todas as questões que colocadas em dois mil e dezanove continuam a não ser sustentadas e que o Plano de Atividades quer de dois mil e vinte quer de dois mil e vinte e um não garante dar resultados, de modo a verificar-se o equilíbrio financeiro. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** perguntou se a Senhora Vereadora continuava a falar da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, confirmou e continuou dizendo que quer em termos de pessoal, quer em termos de investimento, quer em termos da redução de consumos energéticos, nada estava de acordo com o que foi apresentado no estudo justificativo da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Quanto à Associação do Centro Ciência Viva informou que não foi respondida a sua questão quanto à necessidade de reforço das transferências para a entidade. _ _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** questionou se ia abrir um concurso para um fiscal municipal, para além do já existente no Mapa de Pessoal. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, confirmou que seria para abrir um novo concurso. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** disse que continuava a não existir previsão para lugar de Veterinário Municipal e não haver abertura do Quadro do Comando Municipal para os Bombeiros, algo legalmente previsto face à constituição do Quadro de Sapadores Municipais. Quanto ao Arquivo Municipal, porque havia o concurso para um técnico superior de arquivo assumido em dois mil e dezanove, que transitou para dois mil e vinte parece não estar concluído e parece não ter valor para dois mil e vinte e um. Constatou a inexistência de Regulamento, de recursos e do próprio edifício para o Arquivo Municipal. _____

_____ Em relação ao Museu do Curtume, verificou que o Mapa de Pessoal para dois mil e dezanove previa o provimento de um técnico, passou para dois mil e vinte. Questionou sobre o ponto de situação em relação a dois mil e vinte e um por estar um financiamento não definido de dez mil euros, quando em dois mil e dezanove estava sessenta e dois mil setecentos e trinta euros. Questionou a razão de tal diferença. _____

_____ Informou que o Grupo de Cidadão por Alcanena – Um Concelho com Futuro fez proposta de inclusão no orçamento para a descontaminação e reabilitação dos solos contaminados, que não vem considerado, tendo o projeto, simplesmente desaparecido. _____

_____ No que diz respeito ao Plano de Pormenor da A1/A23, em dois mil e dezanove estava previsto em orçamento um financiamento de cem mil euros. Para dois mil e vinte prevê-se um financiamento de noventa e dois mil duzentos e cinquenta euros. A rubrica do projeto do Parque de Desenvolvimento Económico junto à A1 também já não consta do presente orçamento para dois mil e vinte e um. Existe uma rubrica para aquisição de terrenos no valor de mil euros. _____

_____ Quanto à conservação e reabilitação das estradas foi mencionada a Freguesia de Moitas Venda, mas nenhuma discriminação quanto às restantes. _____

_____ Continuou dizendo não existir reavaliação do preço do Lote da Zona Industrial de Minde. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que o Orçamento de dois mil e vinte e um que foi apresentado e que totaliza quase vinte milhões de euros

é o último Orçamento do seu mandato, mas não era o último Orçamento da Câmara Municipal de Alcanena. Desejou ao Município a sua longevidade, não obstante de ser um Concelho Centenário. Isso significa encontrar-se novos projetos, novas ações. Foi desenvolvido muito trabalho, mas existirá sempre necessidade de avaliação de novos projetos. Disse entender isso como normal, não entendendo como normal considerar-se que está tudo feito e que não há mais projetos para enquadrar, que se tem de fazer tudo num Orçamento. Pelo contrário e é essa a dinâmica normal por isso, existem situações que necessitam de ser concretizados em anos seguintes, ainda que a maior parte deles têm as suas sementes para germinar. _____

_____ Quanto à Associação Centro de Ciência Viva do Alviela, constata-se uma diminuição das visitas e, por conseguinte, das receitas, implicando necessidade de reforço adicional em dois mil e vinte e poderá vir a implicar um reforço adicional em dois mil e vinte e um. A Agência Nacional para a Promoção da Cultura Científica mostrou disponibilidade de também poder apoiar os Centros Ciência Viva financeiramente nesta fase difícil. Mas sem receitas e com estruturas fixas que importa manter, é necessário apoiar-se. Deu conhecimento que as trabalhadoras que estão afetas ao Centro fazem parte do Quadro de Pessoal da Câmara pelo que foram reafectas a outras áreas e projetos da Câmara, como é o caso do Centro Escolar de Alcanena, Área Ambiental, Educação, entre outros, considerando que no presente ano já não se realizariam visitas ao Centro Ciência Viva do Alviela. _____

_____ Relativamente à questão colocada pelo Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto, informou que o Museu do Curtume é um projeto que se pretendia desenvolver em dois mil e vinte e um. Porque carece de recursos humanos, considerou-se no Mapa de Pessoal um técnico superior na área de museologia para afetar ao Museu do Curtume. Só não está ainda a trabalhar por atrasos ao nível do concurso, prevendo-se que inicie funções em janeiro. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** reforçou que no dia dois de dezembro se irá realizar a prova escrita prevendo-se o início de funções em janeiro. Quanto à estimativa prevista, prevê-se a transição do corrente ano para o próximo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o concurso está em fase de conclusão, dado que o equipamento precisa de uma pessoa responsável para visitar o Projeto Museológico e o Projeto Museográfico.

Continua a ter expectativa da abertura de candidaturas para poder candidatar este projeto. Como não existem projetos sem pessoas, disse acreditar que ter um técnico superior naquele equipamento a pensar todos os dias exclusivamente para aquele equipamento dará uma garantia de melhor evolução deste processo. Será um projeto que virá a ser concretizado, não sendo concretizado na sua plenitude em dois mil e vinte e um o recurso humano deixará caminho feito para se prosseguir e concluir. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que não podia ser esquecido que no Museu do Curtume se encontra Espólio do Arquivo Documental do Sindicato da Indústria de Curtumes, documentos, alguns deles, com perto de cem anos e que necessitam de ser salvaguardados. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que era essa a preocupação em ter recursos humanos lá presentes a acompanhar e a trabalhar, a fazer os levantamentos, a organização. Informou que se abriu candidatura a estágios PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local para a área de restauro para ser mais um recurso humano a afetar a esse equipamento. Também um PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local em história de arte. O caminho em dois mil e vinte e um é que o edifício tenha uma equipa afeta àquele equipamento para apoio nos trabalhos necessário para manter o que existe, prever o que falta e avaliar o que tem de ser feito, nomeadamente procurando candidaturas e parcerias locais, regionais ou nacionais ou até internacionais tendo em conta as Geminações que temos com outros países, é um projeto que não existe intenção de abandonar e de desvalorizar mas não houve por carência de recursos humanos, ausência de candidatura e por isso ausência do respetivo financiamento, condições para o concretizar mais cedo. _____

_____ No que diz respeito ao Arquivo disse que, mais que instalações são necessários recursos humanos, pelo que se está a contratar técnico superior na área do arquivo para trabalhar o arquivo, para organizar o arquivo, para pensar o arquivo em conjunto com os vários serviços. _____

_____ Ao nível da Comunidade Intermunicipal da Modernização Administrativa está a avaliar-se candidatura para se avançar para o Arquivo Digital. O caminho passa pela digitalização para o arquivo. Ficará para avaliação a definição de local físico. O recurso humano vem já apoiar os vários serviços para se começarem a organizar melhor em termos de arquivo. Não foi um processo abandonado nem descorado. _____

_____ Quanto ao Quadro de Bombeiros informou que está em funções, desde o dia um de outubro, o Coordenador Municipal de Proteção Civil, prevê-se reforço dos bombeiros sapadores para dois mil e vinte e um e, em conjunto com o Coordenador Municipal de Proteção Civil ir-se-á trabalhar no devido enquadramento do Comando, do Regulamento. Só não avançou já porque, infelizmente o surto de COVID-19 que aconteceu em Minde tem envolvido completamente a Proteção Civil. Esclareceu que a Proteção Civil tem tido um forte investimento no que diz respeito a recursos humanos, instalações e equipamentos e irá continuar agora com o contributo do Coordenador Municipal de Proteção Civil. _____

_____ Ainda relativamente ao técnico superior da área de arquivo irá, também, elaborar Proposta de Atualização de Regulamento para o Arquivo já existente. Seria fechado prematuramente se fosse fechado antes de entrar esse recurso humano, que faz todo o sentido que possa olhar para a proposta de Regulamento e dar os seus contributos. _____

_____ Quanto à área de fiscalização é um dos recursos humanos a prover em dois mil e vinte e um e será vocacionado para a área do licenciamento industrial visto que o fiscal que existe no Quadro de Pessoal está muito focado na área da fiscalização de obras particulares. _____

_____ A Zona Industrial de Minde não precisa de vir espalhada no orçamento, mas informou já existir proposta sobre alteração dos valores dos lotes da Zona Industrial de Minde, a ser presente à próxima reunião de Câmara.

_____ O valor considerado anteriormente para os solos descontaminados estava descontextualizado porque não existe projeto nem da área de intervenção. No entanto a componente ambiental merece toda a nossa preocupação, ainda que muitas das componentes ambientais tenham passado para a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima que tem tido um papel relevante nesta matéria de forma acrescida e que continuará a ter _____

_____ Já foi adjudicada a elaboração do Plano Pormenor na área da A1/A23 prevendo-se terminar, ainda no presente ano, toda a planificação para depois se partir para a sua concretização. Mas não existem valores reais, os valores constantes são meramente indicativos para dizer que está a rubrica aberta e com valores rigorosos pode ser sempre atualizada essa rubrica. _____

_____ Quando o Plano Pormenor estiver pronto será apresentado em Reunião de Câmara pela equipa técnica interna e até convidando a empresa que tem estado a elaborar esse Plano. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente** disse que o caminho faz-se caminhando. Acredita que existirão mais candidaturas para apoiar áreas de localização empresarial, mas tendo em conta que a situação do PDM – Plano Diretor Municipal estar ainda por concluir, à presente data existe já a área correspondente à suspensão e, aprovada e publicada em Diário da República. Ficam criadas as condições, foram ultrapassados os condicionantes com a RAN - Reserva Agrícola Nacional, com a REN - Reserva Ecológica Nacional. O trabalho fica preparado para concretização e implementação, assim apareçam empresas interessadas em lá investir. A questão dos terrenos é relevante, será de se adquirir ou expropriar, caso não sejam possíveis soluções de compromisso conjuntas com proprietários que possam estar interessados em colaborar no processo. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Ferreira Silva Santarém,** disse que seria importante fazer um balanço final a todo o que se esteve a discutir sobre o Orçamento para dois mil e vinte e um considerando efetivamente que passaram muito tempo a discutir outras coisas que não o Orçamento para dois mil e vinte e um, orçamento muito importante e que encerra em si próprio enorme valor para o território do Município de Alcanena. Valorizou, mais uma vez, um extraordinário orçamento de quase vinte milhões de investimento real e com impacto muito positivo naquilo que é a expectativa de desenvolvimento no Concelho de Alcanena. Um orçamento que permitirá a elaboração e a conclusão de obras muito importantes em todo o território do Concelho de Alcanena, do norte a sul do Concelho de Alcanena, tocando em todas as Freguesias do Concelho. Deixou palavra de reconhecimento pelo extraordinário orçamento, não sendo por isso justo só se criticar dado que, tal como afirmado pela Senhora Presidente, não se consegue resolver todos os problemas de uma só vez. Acrescentou ser importante reconhecer-se o trabalho que tem sido desenvolvido no Concelho de Alcanena e que nestes últimos orçamentos tem sido completamente evidente, com valores de investimento enormíssimos e que permitem prever o futuro, com as bases que estão a ser criadas e com as infraestruturas que estão a ser delineadas. Um futuro de concretização e desenvolvimento, no fundo, tudo aquilo que todos, independentemente do partido político, pretendem. Mais do que valorizar alguns pormenores que possam não estar a ser considerados no orçamento é valorizar o orçamento acima de dezanove

milhões que a todos deve honrar enquanto eleitos e enquanto Vereadores da Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Quanto à questão colocada pela Senhora Vereadora Maria João Rodolfo sobre os arruamentos, nos últimos orçamentos não se tem especificado as Freguesias a intervir não é por isso que têm deixado de ser feitos os investimentos em todas as Freguesias do Concelho. Trata-se de trabalhar com confiança, mas também com a satisfação de se estar perante um bom orçamento, um extraordinário orçamento para o Município de Alcanena, muito diferente dos orçamentos do passado. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** começou por dizer que os Vereadores e munícipes tem todo o direito de se entusiasmarem ou não com os orçamentos, o seu entusiasmo na apreciação deste orçamento foi nenhum, era orçamento que continuava em linha com aqueles desde que tomaram posse em dois mil e dezassete, em linha com os propósitos e objetivos do Partido Socialista. Disse terem legitimidade para considerar que é o orçamento e é o projeto que melhor satisfaz as aspirações do Município, mas com o qual não se reveem. Tratam-se de orçamentos sucessivos de mau planeamento em termo de gestão de obras públicas, orçamentos que não têm em atenção a coesão territorial, agora vão começar a fazer uns arruamentos e ainda bem. No que diz respeito à cultura, deu como exemplo o Museu Etnográfico do Espinheiro descurado na conservação do património. Qualquer dia quando se abrir as portas está tudo podre. Quanto ao Museu da Eletricidade disse ter dúvidas que a maior parte das pessoas saibam que ele existe. _____

_____ Acrescentou que temos um Concelho em que nas Zonas Históricas continuam a faltar intervenções, no que diz respeito à saúde tendo em conta uma previsão da proximidade da idade da reforma dos médicos que estão no Centro de Saúde, como haverá capacidade do Centro de Saúde para dar resposta aos residentes. No que respeita à questão ambiental, está longe de estar acautelada. Houve um Centro de Empreendimento Jovem que era para funcionar no Pavilhão Multiusos que até hoje ainda está para saber o que se fez lá. _____

_____ Em conclusão, existe uma série de projetos ou de intenções que são para fazer, mas que, na prática, não consegue ter uma leitura de que tal é a melhor visão para o Concelho. Disse não compartilhar da visão, com toda a sua legitimidade, tal como o Senhor Vereador Hugo Santarém tem toda a legitimidade para achar que é o melhor orçamento. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse entender que existe uma realidade para o desenvolvimento do Concelho, plasmada nos vários orçamentos, com taxas de execução do orçamento de cerca de noventa por cento, e estava-se a entrar num registo de desvalorizar e isso não lhe parece que é o caminho acertado. A Senhora Vereadora Maria João Rodolfo, como tinha tão pouco para desdizer dos Documentos Previsionais que lhe foram apresentados que resolveu derivar para a análise do orçamento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Face ao Orçamento apresentado, que é um bom orçamento, pouco têm a dizer de mal. Depois há outra posição que é ir e tentar perceber o que pode encontrar que não está ainda executado ou ainda não está considerado na sua plenitude, então também resolveram derivar para essa outra opção. É sempre possível encontrar novos projetos, novas ações, isso é natural porque faz parte de uma dinâmica organizacional e de uma dinâmica do território. Continuam a desvalorizar investimentos que são feitos na área do orçamento com uma cobertura superior a noventa e cinco por cento de Saneamento no Concelho de Alcanena, dos poucos com tal cobertura. Continuam a desvalorizar investimentos ao nível da rede viária, “começamos a fazer uns arruamentos, foi o que a Senhora Vereadora disse, e então a rede viária que foi requalificada e a rede viária que nos liga de Alcanena a Fátima e que agora até colaboramos com o Município de Ourém para o projeto de ligação da ciclovia a Fátima e para a beneficiação da Estrada a Fátima, e a melhoria de Alcanena à Moita que liga ao Concelho de Santarém, esqueceram-se e a requalificação de praticamente toda a área da Louriceira, esqueceram-se e a ligação de Minde a Serra de Santo António, também se esqueceram, da beneficiação de praticamente toda a localidade do Covão de Feto, esqueceram-se também das melhorias várias que já aconteceram um pouco por todas as freguesias, em Minde houve arruamentos melhorados, na Serra de Santo António houve arruamentos melhorados, nos Bugalhos houve arruamentos melhorados” Questionou se era de desvalorizar a estrada de Alcanena para Pousados, ou a melhoria de troço em Moitas Venda que tem condições de avançar já. Esclareceu que, por norma não se descriminam as intervenções na rede viária porque depois são trabalhos que tem de ser desenvolvidos com a identificação que já está feita e com medições e com orçamentações em outras localidades e que gostaríamos também de concretizar. Deu como exemplo o caso de Malhou ou Gouxaria já avaliados, mas que não se conseguem concretizar todos ao mesmo tempo. _____

_____ Lamentou que se afirmasse que só agora é que se começaram a fazer alguns arruamentos porque sempre foi afirmado que se faria a requalificação da rede viária no Covão de Coelho, no Vale Alto e no Carvalheiro na altura das intervenções na rede de saneamento, tal como será em Monsanto com a intervenção na rede de abastecimento de água ou em Espinheiro, cuja avaliação de intervenção está em curso pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Questionou se era pouco esse investimento a nível da rede viária, no saneamento, em que o Concelho ficaria com uma cobertura na área dos noventa e cinco por cento. Se seria pouca a existência de Parque Educacional completamente requalificado, desde os Jardins de Infância, Escolas do Primeiro Ciclo até a Escola Secundária. Se era, igualmente, pouco desvalorizar-se a riqueza das Associações Desportivas e Culturais, sempre apoiadas pela Câmara Municipal. Mais questionou se tinha sido pouca a aposta na melhoria suas instalações das Coletividades, como, entre outros, o Projeto da Fábrica da Cultura em Minde. _____

_____ Questionou se era pouco o apoio que se tem sido dado ao movimento associativismo no Concelho plasmado neste orçamento para dois mil e vinte e um e que não põe em causa a riqueza do Município, todas as atividades e dinâmica cultural, a dinâmica desportiva, os apoios sociais, o investimento que tem sido feito ao nível dos edifícios. Referiu que a Casa da Cultura estava instalada num excelente edifício, os Serviços Sociais também estavam em excelentes instalações, foram feitas melhorias no Cine-Teatro, na Biblioteca, nas Piscinas, nos Pavilhões, o Estádio Municipal será completamente renovado. _____

_____ Acrescentou que os Parques Infantis iriam ser requalificados, irão ser instalados Campos de Padel, serão efetuadas beneficiações do espaço público, melhoria das áreas de lazer, tal como aconteceu na Praça Vinte e Cinco de Abril, e como será com o Jardim em Minde, como foi o Jardim da República, como será o Parque Verde para melhoria do usufruto das pessoas, do lazer e da valorização do território. _____

_____ Continuou a sua exposição dizendo que foram e serão efetuadas intervenções nos Mercados Municipais, como aconteceu no Mercado Municipal de Alcanena e como acontecerá no Mercado de Minde, no Mercado das Moitas e no Mercado do Espinheiro, o qual tem uma candidatura a decorrer. _____

_____ No que diz respeito aos Cemitérios, apoiou-se a ampliação do Cemitério de Serra Santo António, de Espinheiro, ir-se-á apoiar o Cemitério de Vila Moreira e Minde

Não apoiamos aqueles que não precisam de ser ampliados, mas houve uma cobertura global em todos os Cemitérios. _____

_____ Deu conhecimento que foi a Câmara que tratou do processo de integração do Centro Ciência Viva do Alviela na Rede Nacional dos Centros Ciência Viva, valorizou a Praia Fluvial, está-se a trabalhar no sentido de voltar a obter a classificação de praia fluvial _____

_____ Referenciou a conclusão da revisão do PDM – Plano Diretor Municipal concluída e do Plano de Pormenor na Zona da A1-A23. _____

_____ Lamentou que a visão da oposição para o Concelho defenda que nada se fez, e que a própria não conheça a visão de desenvolvimento para o Concelho ao fim de doze anos, nem conheça a visão de desenvolvimento para o futuro. Disse não entender como se podia criticar as concretizações que referiu. _____

_____ Questionou qual era a visão de desenvolvimento para o Concelho, quando se critica as intervenções na rede viária que se fez e que se continua a fazer, quando se critica o que do ponto de vista do Ordenamento do Território se fez e continua a fazer, quando se critica os investimentos em equipamentos escolares, em equipamentos sociais, equipamentos desportivos, culturais que se fez e que se continua a fazer.

_____ Deu conhecimento que o Cine Teatro Rogério Venâncio será requalificado e tem uma candidatura aprovada na ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, será apoiado também pela Câmara, considerando que muito honrava o Executivo apoiar tais projetos. _____

_____ Confessou ficar com a convicção de se ter feito um extraordinário trabalho para o desenvolvimento do Concelho, tendo em conta as condições miseráveis em que a Câmara se encontrava no ponto vista económico e do ponto de vista financeiro, em dois mil e nove. Esclareceu terem sido feitos milagres. Tornaram-se realidade concretizações que seriam impensáveis poderem vir a acontecer numa perspetiva de dois mil e nove para dois mil e vinte e um. _____

_____ Não havendo mais nada a acrescentar colocou-se à votação os Documentos Previsionais para dois mil e vinte e um. _____

_____ **Deliberação, tomada por maioria:** - Aprovados os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal, para dois mil e vinte e um, ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ O orçamento para o ano de dois mil e vinte e um fixa-se em 19 881 798€ (dezanove milhões oitocentos e oitenta e um mil setecentos e noventa e oito euros), sendo 12 609 714€ (doze milhões seiscentos e nove mil setecentos e catorze euros), de receitas correntes e 7 272 084€ (sete milhões duzentos e setenta e dois mil e oitenta e quatro euros), de receitas de capital e 11 639 490€ (onze milhões seiscentos e trinta e nove mil quatrocentos e noventa euros, de despesas correntes e 8 242 308€ (oito milhões duzentos e quarenta e dois mil trezentos e oito euros), de receitas de capital. ____

_____ Aprovado, igualmente, o Plano Plurianual de Investimentos para os anos de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, sendo que, para dois mil e vinte e um, o total da despesa é igual ao total das receitas e, para os anos seguintes, a receita é em valor superior à despesa. Assim, o ano de dois mil e vinte e três, apresenta um saldo de 284.186€ (duzentos e oitenta e quatro mil cento e oitenta e seis euros), em dois mil e vinte e quatro, um saldo de 909.992,00€ (novecentos e nove mil novecentos e noventa e dois euros) e em dois mil e vinte e cinco, um saldo de 1.015.724€ (um milhão quinze mil setecentos e vinte e quatro euros). ____

_____ Remeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo da alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto, da supracitada lei. ____

_____ **Votaram contra** os Vereadores, Senhores João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. ____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores, Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal.

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: ____

_____ A introdução a GOP e Orçamento, nada trás de novo em relação ao anterior orçamento, dando continuidade a uma estratégia “sem rasgo” e sem qualquer perspetiva estratégica de desenvolvimento do concelho. ____

_____ No concreto, o que temos é igual ao passado, gerir o orçamento com margem para satisfazer interesses pontuais, que se venham a declarar. ____

_____ Uma suposta gestão de rigor financeiro não passa de "contenção de despesas" (p. 8) para poder distribuir ad hoc, ou (co)responder aos lóbis, ou pressões da população. ____

_____ Em termos de investimento, ficamos com saneamento Covão do Coelho e Vale-Alto (o qual votamos favoravelmente); mercado de Alcanena (o qual votamos favoravelmente); a requalificação do Centro Escolar Anastácio Gonçalves (que consideramos desnecessário); praça dos autocarros e táxis (votamos contra). E mais nada. Tudo isto com apoio da UE a 85% e o restante da banca (empréstimo bancário). Esforço financeiro do orçamento municipal: zero. Os milhões de redução do passivo não foi mais do que cumprir o serviço da dívida, como sempre foi feito ao longo de muitos anos (mais ou menos um milhão a um milhão e meio por ano). Simples: ao fim de 10 anos dá 10 a 15 milhões. Se mais nada se fizer, o passivo reduz. Foi mais ou menos o que aconteceu nestes 10 anos. _____

_____ A adutora de Monsanto já foi anunciada, em todos os orçamentos, há vários anos e ainda continua. _____

_____ AQUANENA: _____

_____ · O que significa o valor de €4.622.000 (p. 29), relativo ao contrato de gestão delegada (2019-2033)? _____

_____ · Vem o orçamento do CCVA; não vem o da AQUANENA (é dito que vêm os dois em anexo) _____

_____ · Onde estão, e quais as receitas provenientes da AQUANENA para pagamento de serviços (atendimento, por ex.) e espaços e instalações municipais? (AQUANENA e Município são distintos; uma empresa e uma autarquia) _____

_____ · As várias questões referentes à AQUANENA não carecem de submissão ao Tribunal de Contas? (pessoal - embora não referido nestes docs, - serviços e instalações); são custos, que estarão, ou não, na proposta de viabilidade económico-financeira). É que muita coisa ficou por demonstrar! _____

_____ Mapa de pessoal _____

_____ · Onde estão justificadas as necessidades de pessoal? Quantas aposentações aconteceram e estão previstas, e em que áreas? Quais as formas de suprimento interno dessas situações, ou de provimento, se necessário? _____

_____ · Entre este ano e 2020, por força do decreto de lei da nova carreira de bombeiro sapador, a Câmara tem um ano para reclassificar os Assistentes Operacionais/Técnicos que exercem funções nos Bombeiros Municipais de Alcanena em Bombeiros Sapadores. O mapa de pessoal para 2020, logo na primeira página, tem 14 providos, ou seja, 14 AO's/AT's que já estão com vínculo, e 3 a prover, certamente

em concurso a abrir para a dita carreira. Falta é questionar como está o processo de classificação. _____

_____ · Continua a existir a bizarria do quadro de pessoal da CMA ter os bombeiros em regime voluntário. Por que razão a constituição do CB (com os bombeiros em regime de voluntariado) está no mapa de pessoal da CMA? _____

_____ · Não vemos aqui um lugar para veterinário municipal. Certamente há quem ache que não é necessário. _____

_____ · Fiscais: nem 1 lugar para prover, ou seja, não se vislumbra concursos. Não faz falta? _ _____

_____ Alguns projetos que transitam do orçamento de 2019 [23.284.260€] para 2020 [18.303.698€] _____

_____ · A criação do Conselho Estratégico Municipal (já transitou de 2018); _____

_____ · Reavaliação dos preços dos lotes na Zona Industrial de Minde; _____

_____ · A criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (já transitou de 2018); _____

_____ · Organizar o Arquivo Municipal, aprovando Regulamento, afetando Recursos Humanos e destinando edifício para o efeito – o concurso para prover um Técnico Superior de Arquivo foi assumido para 2019 e transita para 2020; _____

_____ · Requalificação do Jardim do Coreto de Minde (50.000€ não definidos para 2019 e 30.000€ não definidos para 2020); _____

_____ · Museu do Curtume: o mapa de pessoal para 2019 previa o provimento de um técnico museologia. Para o mapa de pessoal de 2020 transita o elemento a prover. Refere que está em curso um concurso para Técnico Superior no que diz respeito à vaga para o museu. Qual é o ponto de situação? Por que razão nas observações refere “1 TS Turismo”? É o âmbito do concurso tendo uma referência para licenciado na área de museologia? É que alguém formado em turismo não tem competências para esta área. Para 2019 estava em financiamento não definido 62.730€ para elaboração de projeto. Para 2020 está em financiamento definido 10.000€. Porquê a diferença? _____

_____ · A nossa proposta de descontaminação e reabilitação de solos contaminados quer para 2019, quer para 2020, incluída nas GOP para 2019 com um projeto em no valor de 31.500€ em financiamento não definido, desapareceu do orçamento para 2020; _____

Reunião de 23/11/2020

_____ · Plano de Pormenor da Zona da A1/A23: vem a esta reunião uma prorrogação do prazo. Para 2019 estavam em financiamento definido 100.000€; para 2020 estão 92.250. Desaparece a rubrica que existia para 2019 “Parque de Desenvolvimento Económico (junto à A1) – Projeto”, que tinha o valor em financiamento não definido de 50.000€; Porque razão se solicita a prorrogação do plano de pormenor da Plataforma Logística A1/A23, empreitada estruturante e que há décadas não passa do papel. A: a rubrica que existia no orçamento para 2019 respetiva ao projeto para a Plataforma desapareceu agora nesta proposta de orçamento para 2020. Então como é? Não passamos do plano de pormenor? _____

_____ · Parque Verde de Alcanena: em 2019 (projeto e execução) financiamento não definido: 32.595 e 280.900, respetivamente. Para 2020, projeto apenas com financiamento definido no valor de 4.758€; execução em financiamento não definido no valor de 980.000€. _____

_____ Comparações mais importantes _____

_____ · Cemitério Municipal: para 2019 (beneficiações e reparações): 50.000€ financiamento não definido; para 2020 (beneficiações e reparações): 16.063€ em financiamento definido. Apesar disto, não nos podemos esquecer que um dos destinos dados pela Presidente para o excedente do ano de 2018 é que ele serviria para as obras de requalificação do Cemitério Municipal. Estamos no fim de outubro de 2019 e o Cemitério degradado. De 50.000€ não definidos passamos para 16 mil definidos? O que é que vai ficar para trás? _____

_____ · Estádio Municipal: apesar de constar no orçamento para 2019 650.000€ não definidos na rubrica reparações, foi assumido que as obras de requalificação aconteceriam em 2020. No entanto, no orçamento para 2020 temos o seguinte: projetos, 457€ e reparações 5.000€ em financiamento definido; reabilitação do Estádio 975.000€ em financiamento não definido!! _____

_____ · Conservação e reabilitação de estradas: continua a não especificar quais. Para 2019 tinha 200.000€ em financiamento definido; para 2020 tem 347.185€. _____

_____ · Para 2020 há as transferências de competências: as dotações em financiamento definido (p. ex. saúde) que aqui estão referidas afinal vêm de onde? _____

_____ Conclusão _____

_____ Tal como em 2019, as Grandes Opções do Plano para o município de Alcanena em 2020, constantes dos documentos apresentados, refletem a falta de uma

orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, na sua estrutura do planeamento económico. _____

_____ Seria desejável que o poder político, especialmente quando se encontra na posição de unilateralmente aprovar as GOP, privilegiasse as políticas com impacto positivo real em todas as freguesias, assim como na criação condições para o CONCELHO ASSUMIR A LIDERANÇA A NÍVEL NACIONAL da coexistência entre o desenvolvimento económico, industrial e preservação do meio ambiente.” _____

_____ **2.d) Abertura de conta bancária na Caixa Económica Montepio Geral. Documento referência dezasseis mil quinhentos e setenta e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.30.003/3. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se propõe, para aprovação, a abertura de conta bancária na Caixa Económica do Montepio Geral, destinada às operações necessárias à utilização e pagamento de encargos com o empréstimo de Curto Prazo, até ao valor de quinhentos mil euros, a utilizar no ano de dois mil e vinte e um, cuja autorização de contratação foi dada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada a dois de novembro e pela Assembleia Municipal, na sua sessão realizada a seis de novembro, ambas do corrente ano de dois mil e vinte. _____

_____ A presente proposta de abertura de conta bancária prende-se como facto de o Município não deter qualquer conta bancária em tal instituição, e com o disposto no número um do artigo vigésimo oitavo da Norma de Controlo Interno do Município de Alcanena. _____

_____ Propõe-se, igualmente, a autorização da movimentação através dos canais digitais da instituição e que a movimentação da conta seja efetuada nos moldes definidos para as outras contas bancárias do município, nomeadamente: _____

_____ A conta bancária deverá ser sempre movimentada obrigatoriamente por duas assinaturas, nomeadamente: _____

_____ - Uma a da Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Maria Pereira Asseiceira ou a da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria João Martins Antunes Gomez; _____

_____ - Outra a da Tesoureira Margarida Alexandre Monteiro, ou de uma das suas substitutas, Maria José Ferreira Rodrigues ou Marta Cristina Soares Carreira Santos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Por lapso referiu que se a abertura da conta

bancária se destinada ao Empréstimo de Medio Longo Prazo, sendo que, após reparo da **Vereadora Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, corrigiu, referindo que a mesma se destina à gestão do Empréstimo de Curto Prazo. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovada a abertura de conta bancária na Caixa Económica do Montepio Geral, destinada às operações necessárias à utilização e pagamento de encargos com o Empréstimo de Curto Prazo, até ao valor de quinhentos mil euros, a utilizar no ano de dois mil e vinte e um, cuja autorização de contratação foi dada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada a dois de novembro e pela Assembleia Municipal, na sua sessão realizada a seis de novembro, ambas do corrente ano de dois mil e vinte. _____

_____ Autorizada a movimentação através dos canais digitais da instituição e que a movimentação da conta, nos moldes definidos para as outras contas bancárias do município, nomeadamente: _____

_____ A conta bancária deverá ser sempre movimentada obrigatoriamente por duas assinaturas, nomeadamente: _____

_____ - Uma a da Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Maria Pereira Asseiceira ou a da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria João Martins Antunes Gomez; _____

_____ - Outra a da Tesoureira Margarida Alexandre Monteiro, ou de uma das suas substitutas, Maria José Ferreira Rodrigues ou Marta Cristina Soares Carreira Santos. _____

_____ **2.e) LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de quatro de setembro de dois mil e vinte a quatro de novembro de dois mil e vinte. Documento referência dezasseis mil cento e trinta e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.20.400/7. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião a Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de quatro de setembro a quatro de novembro de dois mil e vinte, para os efeitos previstos na alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de quatro de setembro a quatro de novembro de dois mil e vinte, para os efeitos previstos na alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei

número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Remeter à Assembleia Municipal, também para conhecimento, nos termos da Lei. _____

_____ **2.f) Designação de substituto de Oficial Público. Documento referência quinze mil setecentos e sessenta e três/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.600/4. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião o Despacho referência quinze mil setecentos e sessenta e três/dois mil e vinte, exarado pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara a dois de novembro de dois mil e vinte, no qual exarou, no uso da competência que lhe confere a alínea b) do número dois, do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, por meu despacho registo número onze mil setecentos e sessenta e cinco, datado de dezassete de outubro de dois mil e dezassete, designou a Técnica Superior, Lucinda Maria Silva Simões, como Oficial Público para lavrar os contratos em que a lei preveja ou não seja exigida escritura. _____

_____ Nesse mesmo despacho, determinou que a mesma fosse substituída nas suas faltas e impedimentos pelo Técnico Superior e Dirigente Intermédio de Terceiro Grau, Carlos Miguel Costa Patrocínio. _____

_____ Estando integrada no mapa de pessoal desta autarquia, a Técnica Superior (área Jurídica) Inês do Carmo Taveira Sousa, designou a mesma para substituir, nas faltas e impedimentos, a Técnica Superior Lucinda Maria Silva Simões, nas suas funções de Oficial Público, a qual se mantém no exercício de tais funções. _____

_____ Nas faltas ou impedimentos das duas Técnicas Superiores acima mencionadas, serão as mesmas substituídas, nas funções de Oficial Público, pelo Técnico Superior e Dirigente Intermédio de Terceiro Grau, Carlos Miguel Costa Patrocínio. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.g) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência dezasseis mil setecentos e cinquenta e três/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/54. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de isenção das taxas de saneamento e de

resíduos e outras referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove, emitida a catorze de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a vinte de outubro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove, emitida a catorze de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da

redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.h) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência dezasseis mil setecentos e cinquenta e cinco/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/55. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de isenção das taxas de saneamento e de resíduos e outras referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero sessenta e seis mil quinhentos e sessenta, emitida a doze de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a vinte e sete de outubro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa

competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero sessenta e seis mil quinhentos e sessenta, emitida a doze de outubro de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.i) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência dezasseis mil setecentos e cinquenta e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/56. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de isenção das taxas de saneamento e de resíduos e outras referentes às faturas números dois mil e vinte zero zero zero cinquenta mil novecentos e setenta e quatro e dois mil e vinte zero zero zero cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e sete, emitidas a trinta de julho e trinta e um de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a vinte e sete de outubro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número

seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de dois mil e vinte zero zero zero cinco zero nove sete quatro e dois mil e vinte zero zero zero cinco sete nove oito sete, emitidas a trinta de julho e trinta e um de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.j) Lojas do Mercado Municipal de Alcanena - Medidas excecionais de apoio ao comércio local devido ao impacto da COVID 19 na economia - Redução do valor das taxas em cinquenta por cento até final do ano de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil setecentos e cinquenta e oito/dois mil e vinte. Processo referência 2020/100.10.400/48 (Para ratificação)** _____

Reunião de 23/11/2020

_____ Presente à reunião o Despacho referência quinze mil setecentos e cinquenta e oito/dois mil e vinte, exarado pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal a dois de novembro corrente no qual determinou por forma a mitigar os efeitos económicos nefastos da doença COVID-19 no que às lojas do Mercado Municipal de Alcanena diz respeito: _____

_____ 1 - O valor da taxa de ocupação das lojas do mercado municipal de Alcanena, fixado pela Assembleia Municipal na sua sessão de cinco de junho de dois mil e vinte, seja reduzido em cinquenta por cento, com referência aos meses de novembro e dezembro de dois mil e vinte, excetuando as lojas cedidas à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, cujo valor aprovado se mantém; _____

_____ 2 - O valor das faturas inerentes a emitir pelos respetivos serviços, com referência ao mês de novembro de dois mil e vinte, deve refletir desde já a referida redução; _ _____

_____ 3 – Este despacho seja presente a reunião de Câmara para ratificação; _____

_____ 4 – Que se dê conhecimento ao Órgão Deliberativo, nos termos do disposto no artigo segundo da Lei numero seis/dois mil e vinte, de dez de abril, que aprovou um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19. _____

_____ O presente despacho foi enviado para a Assembleia Municipal nesse mesmo dia, devendo ser presente à próxima sessão, para conhecimento. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto. Referiu ter sido proposta a redução em cinquenta por cento da taxa de ocupação das lojas do mercado municipal, em novembro e dezembro excetuando-se a taxa aplicada à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Esclareceu que em outubro as lojas ainda pagaram a taxa que estava em vigor quando estavam nas instalações provisórias do Mercado Municipal. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Ratificado do Despacho referência quinze mil setecentos e cinquenta e oito/dois mil e vinte, exarado pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal a dois de novembro corrente no qual determinou por forma a mitigar os efeitos económicos nefastos da doença COVID-19 no que às lojas do Mercado Municipal de Alcanena diz respeito: _____

_____ 1 - O valor da taxa de ocupação das lojas do mercado municipal de Alcanena, fixado pela Assembleia Municipal na sua sessão de cinco de junho de dois mil e vinte, seja reduzido em cinquenta por cento, com referência aos meses de novembro e dezembro de dois mil e vinte, excetuando as lojas cedidas à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, cujo valor aprovado se mantém; _____

_____ 2 - O valor das faturas inerentes a emitir pelos respetivos serviços, com referência ao mês de novembro de dois mil e vinte, deve refletir desde já a referida redução; _ _____

_____ 3 – Este despacho seja presente a reunião de Câmara para ratificação; _____

_____ 4 – Que se dê conhecimento ao Órgão Deliberativo, nos termos do disposto no artigo segundo da Lei numero seis/dois mil e vinte, de dez de abril, que aprovou um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19. _____

_____ **2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a) Alteração quarenta e seis ao Orçamento e quarenta e cinco às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil quatrocentos e dezasseis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/49. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.b) Alteração quarenta e sete ao Orçamento e quarenta e seis às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência quinze mil novecentos e dois/ dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/50. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.c) Alteração quarenta e oito ao Orçamento e quarenta e sete às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência dezasseis mil oitocentos e cinquenta e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/51. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.d) Autorização para Realização de Despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de vinte e três de outubro a cinco de novembro de dois mil e vinte, no valor global de € 253.080,15 (duzentos e cinquenta e três mil e oitenta euros e quinze centimos). Documento referência dezasseis mil duzentos e quinze/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.e) Relação dos Compromissos efetuados no período de vinte e três de outubro a cinco de novembro de dois mil e vinte, no valor total de € 171.642,30 (cento e setenta e um mil seiscientos e quarenta e dois euros e trinta centimos). Documento referência dezasseis mil duzentos e dezanove/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.f) Relação das Ordens de Pagamento autorizados por despacho no período de vinte e três de outubro a cinco de novembro de dois mil e vinte. Documento referência dezasseis mil duzentos e vinte e quatro/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/4.** _____

_____ **- Operações Orçamentais no valor total de € 469.670,25 (quatrocentos e sessenta e nove mil seiscientos e setenta euros e vinte e cinco centimos),**

correspondentes às autorizações números três mil seiscientos e dois a três mil setecentos e setenta; _____

_____ - Operações de Tesouraria no valor total de € 6.599,79 (seis mil quinhentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos), correspondentes às autorizações números duzentos e oitenta e três a trezentos e três-M. (Para conhecimento) _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ Deliberação: Tomado conhecimento. _____

_____ 2.1.g) Relação dos Pagamentos efetuados no período de vinte e três de outubro a cinco de novembro de dois mil e vinte. Documento referência dezasseis mil duzentos e vinte e sete/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/5; _____

_____ - Pagamentos de Operações Orçamentais: € 694.395,36 (seiscientos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e cinco euros e trinta e três); _____

_____ - Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de € 567,00 (quinhentos e sessenta e sete euros). (Para conhecimento) _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ Deliberação: Tomado conhecimento. _____

_____ 2.1.g) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião (Para conhecimento). _____

_____ Presente, para conhecimento, o Resumo Diário de Tesouraria do dia vinte de novembro de dois mil e vinte, o qual acusa um saldo de 2.254.549,26 € (dois milhões duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), sendo 1.846.190,17 (um milhão oitocentos e quarenta e seis mil e cento e noventa euros e dezassete cêntimos) de Operações Orçamentais e 408.359,09 (quatrocentos e oito mil trezentos e cinquenta e nove euros e nove cêntimos) de Operações de Tesouraria. _____

_____ Deliberação: Tomado conhecimento. _____

_____ 3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL _____

_____ 4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO _____

_____ 4.1 – Processo de Obras número oitenta e dois/dois mil e catorze, de Michael Francisco Lopes, para remodelação e ampliação de uma moradia unifamiliar, em Vale Brajado – Rua da Fonte, em Moitas Venda, da Freguesia de Moitas Venda. (Para deliberação – caducidade de aprovação do licenciamento.)_____

_____ Presente o Processo de Obras número oitenta e dois/dois mil e catorze, de Michael Francisco Lopes, com referência ao pedido de licenciamento para remodelação e ampliação de uma moradia unifamiliar, no prédio misto situado em Vale Brajado – Rua da Fonte, em Moitas Venda, da Freguesia de Moitas Venda, inscrito na matriz predial sob os artigos seiscentos e quarenta e dois (urbano) e duzentos e quatro, da Secção A-A um-A dois (rústico), e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcanena sob o número mil cento e treze, para o qual foi, por despacho de vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezasseis, aprovado o licenciamento, tendo o requerente sido notificado, através do ofício número mil seiscentos e quarenta e sete, de trinta de março de dois mil e dezasseis, para, no prazo de um ano, requerer a emissão do respetivo alvará, sob pena do ato de aprovação caducar, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. _____

_____ O referido processo vem acompanhado da informação emitida em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte, pelos Serviços da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, que a seguir se transcreve: _____

_____ “Assunto: Caducidade de aprovação do licenciamento. _____
Processo de Obras número oitenta e dois/dois mil e catorze, relativo a remodelação e ampliação de uma moradia. _____

_____ Local: Vale Brajado, Rua da Fonte, em Moitas Venda, da Freguesia de Moitas Venda. _____

_____ Requerente: Michael Francisco Lopes. _____

_____ Por despacho da Senhora Presidente da Câmara de vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezasseis, no uso da competência delegada na reunião de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, foi aprovado o processo de obras acima indicado. _____

_____ Nessa sequência, foi o requerente notificado, através do ofício número mil seiscentos e quarenta e sete, de trinta de março de dois mil e dezasseis, para requerer a

emissão do respetivo alvará, no prazo de um ano, a contar da data de notificação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. ____

____ Até à presente data não foi requerida a emissão do alvará, nem a prorrogação do prazo por mais um ano, para o efeito, nos termos do número dois do artigo acima referido. _____

____ Nesta sequência, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade da aprovação do licenciamento, após audiência prévia do interessado, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. _____

____ À consideração superior.” _____

____ Nesta informação, em trinta de outubro de dois mil e vinte, o Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo exarou o seguinte: _____

____ “Propõe-se declarar a caducidade da aprovação.” _____

____ O referido processo é presente à Reunião da Câmara Municipal, a fim de ser declarada a respetiva caducidade e o seu arquivamento. _____

____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** esclareceu estar a ser proposta a caducidade da aprovação do licenciamento, considerando não ter havido desenvolvimento dos processos de obra, terminou o prazo de vigência da licença dando-se audiência prévia ao requerente para, caso assim o pretenda, solicitar a renovação do pedido de licenciamento. _____

____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Informar o requerente de que é intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade da aprovação do licenciamento referente ao Processo de Obras número oitenta e dois/dois mil e catorze, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, bem como o seu arquivamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará de licenciamento de obras no prazo estipulado para o efeito. _____

____ Mais, foi deliberado informar o requerente de que, caso tenha algo a argumentar ou a expor ao acabado de decidir, apresente, por escrito, no prazo de dez

dias, contados da data de depósito da notificação, em sede de audiência prévia, exposição acerca da presente decisão, findos os quais, será declarada a caducidade da aprovação do licenciamento, nos termos da legislação mencionada. _____

_____ **4.2 – Processo de Obras número trinta e oito/dois mil e dezassete, de Ana Rita Almeida Rosa, para construção de um muro de vedação, na Rua Nossa Senhora de Fátima, Lote quatro, em Minde, da Freguesia de Minde. (Para deliberação – caducidade do licenciamento.)** _____

_____ Presente o Processo de Obras número trinta e oito/dois mil e dezassete, de Ana Rita Almeida Rosa, com referência ao pedido de licenciamento para construção de um muro de vedação, no prédio urbano situado em Feteiras – Rua Nossa senhora de Fátima, Lote 4, em Minde, da Freguesia de Minde, inscrito na matriz predial sob o artigo três mil trezentos e trinta e nove, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcanena sob o número quatro mil duzentos e oitenta e cinco, para o qual foi, por despacho de vinte de julho de dois mil e dezassete, aprovado o licenciamento, e para o qual foi emitido em onze de dezembro de dois mil e dezassete o alvará de licenciamento de obras número quarenta e oito, válido até onze de março de dois mil e dezoito. _____

_____ O referido processo vem acompanhado da informação emitida em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte, pelos Serviços da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, que a seguir se transcreve: _____

_____ “Assunto: Caducidade do licenciamento. _____

_____ Processo de Obras número trinta e oito/dois mil e dezassete, relativo a Pedido de licenciamento para construção de um muro de vedação. _____

_____ Local: Rua Nossa Senhora de Fátima, em Minde, da Freguesia de Minde. _____

_____ Requerente: Ana Rita Almeida Rosa. _____

_____ Relativamente ao processo de obras acima identificado, em onze de dezembro de dois mil e dezassete, foi emitido o Alvará de Licenciamento de Obras número quarenta e oito, válido até onze de março de dois mil e dezoito. _____

_____ Em vinte e seis de outubro de dois mil e vinte, foi emitida a Informação Auxiliar número quinze mil trezentos e quarenta e sete, que refere que a obra não foi executada. _____

_____ Nesta sequência, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento, após audiência prévia da interessada, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e

seis/dois mil e catorze, de nove de setembro. _____

_____ À consideração superior.” _____

_____ Nesta informação, em trinta de outubro de dois mil e vinte, o Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo exarou o seguinte: _____

_____ “Declarar a caducidade do licenciamento.” _____

_____ O referido processo é presente à reunião da Câmara Municipal, a fim de ser declarada a respetiva caducidade e o seu arquivamento. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** esclareceu estar a ser proposta a caducidade da aprovação do licenciamento, considerando não ter havido desenvolvimento dos processos de obra, terminou o prazo de vigência da licença dando-se audiência prévia ao requerente para, caso assim o pretenda, solicitar a renovação do pedido de licenciamento. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Informar a requerente de que é intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento referente ao Processo de Obras número trinta e oito/dois mil e dezassete, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, bem como o seu arquivamento, por não ter sido concluída a obra dentro do prazo de validade do alvará de licenciamento de obras número quarenta e oito, emitido em onze de dezembro de dois mil e dezassete, válido até onze de março de dois mil e dezoito. _____

_____ Mais, foi deliberado informar a requerente de que, caso tenha algo a argumentar ou a expor ao acabado de decidir, apresente, por escrito, no prazo de dez dias, contados da data de depósito da notificação, em sede de audiência prévia, exposição acerca da presente decisão, findos os quais, será declarada a caducidade do licenciamento, nos termos da legislação mencionada. _____

_____ **5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ **5.1 - Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena: Aprovação do Projeto de Regulamento; - Consulta Pública; - Parecer ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, (Informação trezentos e cinquenta e sete/dois mil e vinte/DPGOM). Documento referência dezasseis mil novecentos e**

trinta e oito/ dois mil e vinte, Processo referência 2019/300.20.401/2. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que, em reunião de Câmara realizada a seis de outubro corrente deliberou-se dar início ao procedimento e participação procedimental conducente à elaboração do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena, nos termos do disposto no artigo nonagésimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo e designando-se como responsável pela direção do procedimento a Dirigente da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais. _____

_____ O procedimento foi publicitado mediante edital número catorze mil seiscentos e oitenta e oito, de quinze de outubro, sendo que decorridos os dez dias úteis, não chegou ao processo a constituição de qualquer interessado nem qualquer contributo.

_____ Nos termos do Contrato de Gestão Delegada para a Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas, celebrado a sete de março de dois mil e dezanove, entre o Município de Alcanena e a entidade gestora, procedeu a mesma à elaboração do Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena. _____

_____ O mesmo, após elaborado, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a vinte e três de setembro de dois mil e vinte e pelo Conselho Consultivo. _____

_____ Deverá agora o Projeto de Regulamento ser presente a reunião de Câmara para que decorra o período de consulta pública, nos termos do número três do artigo sexagésimo segundo do Decreto-lei número cento e noventa e quatro/dois mil e nove, de vinte de agosto, e do artigo centésimo primeiro do Código do Procedimento Administrativo por período de duração não inferior a trinta dias úteis, devendo ser publicitados nos diversos locais de estilo e sítio da internet da entidade gestora. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu terem algumas questões quando ao projeto de regulamento, mas como o mesmo ainda seria sujeito a discussão pública e parecer da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, depois fariam as considerações durante esse período. No entanto, destacou que, da leitura do mesmo, o documento estava muito discriminado no que diz respeito às águas residuais e quanto às restantes áreas de atuação da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa

Municipal, Sociedade Anónima era menos exaustivo e mais vago. Disse não saber se, associados a estes procedimentos, estão associados ou não procedimentos internos de amostragem e fiscalização, mas só com o disposto na proposta de regulamento não é possível aferir-se a robustez das restantes áreas de atuação. _____

_____ **Ausentaram-se da discussão e deliberação, pelas dezassete horas e quarenta e um minutos, o Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, por pertencerem ao Conselho de Administração da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, dando a palavra à Vereadora Senhora Maria João Martins Antunes Gomez.** _____

_____ Continuou a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** com a sua exposição, dizendo que o regulamento é muito menos exaustivo no que diz respeito ao abastecimento de água, à manutenção de ribeiras e ações de limpeza.

_____ No âmbito de aplicação (artigo terceiro do projeto de regulamento) quando se refere a conservação de infraestruturas, instalações e equipamentos afetos à prestação de serviços de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas e inclui ainda a sua construção, renovação e substituição da totalidade do território do concelho de Alcanena, em regime de exclusividade, na refere todas as atividades que fazem parte do quadro de competências, como é caso da manutenção dos ribeiros, que não se sabe exatamente quais são, ou a intervenção das limpezas no espaço público na sede de concelho. _____

_____ Relativamente à fiscalização, disse não ter conhecimento da existência, ou não, da parte da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, dos procedimentos de amostragem, no que diz respeito às águas residuais, que garantam que as respetivas amostras sejam seladas e invioláveis, de maneira a poderem ser feitas as contra-análises, considerando que não se refere no regulamento a existência de protocolos nesta área. _____

_____ Quanto à aplicação de coimas, referiu que, nos Estatutos da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a entidade gestora tinha o poder de fiscalização e de elaboração de autos e que depois os iria remeter ao Município de Alcanena. No entanto, após leitura do regulamento depreendeu que será a própria AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima a fazer a

instrução dos processos. Tal situação levanta dúvidas, tal como acontecia quando a concessão estava entregue à AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, quanto à capacitação legal de ser a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima a desenvolver os mecanismos de contraordenação e de aplicação de processos judiciais aos utilizadores do sistema, no que diz respeito à indústria. _____

_____ Quanto ao corte dos serviços existem questões, em termos legais, levantam dúvidas quanto à possibilidade de se efetuar o corte ao serviço de saneamento industrial quer de abastecimento de água. Faz referencia às indústrias e famílias, especialmente nos casos de existência de pessoas em situações de fragilidade, como é o caso das crianças ou outras questões de dependência. _____

_____ Em relação à questão da faturação refere-se no regulamento que AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, privilegia o pagamento por meios eletrónicos ou débito direto. Nos casos em que possa existir sobrefaturação benéfica para o cliente ou utilizador, a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima só dispõe de dois meios de ressarcimento das verbas: ou se desloca aos serviços da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima ou, caso haja outras faturas, a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima fará a dedução dos valores que foram debitados a mais. Na sua opinião, disse não fazer sentido, no que diz respeito à equidade de tratamento, quem vê a sua fatura paga por débito direto, não possa ser ressarcido da mesma forma, considerando agora até, a utilização do espaço físico da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima por questões pandémicas. Não faz sentido ter de se deslocar à loja para ser ressarcido do numerário. _____

_____ Coloca-se questões sobre a desativação de fossas em que os proprietários prediais, com a existência da rede de saneamento, terão de fazer a desativação dessas fossas, com os respetivos custos do transporte dos conteúdos e desativação das mesmas. No documento propõe-se um montante de coimas, para quem não fizer a ligação. Sabendo que no concelho existem outros casos de edifícios que não estão ligados à rede de saneamento, questiona como se pretende executar a ligação à rede e desativação

das fossas quando, até à data, havia obrigatoriedade de se proceder à ligação e, até à data ainda não foram feitas tais ligações. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que se trata de projeto de regulamento de serviços, seguindo para parecer da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que será ainda sujeito a consulta pública. _____

_____ Acrescentou que, à semelhança do que tem acontecido e que é normal e usual, solicitou que enviassem tais pedidos de esclarecimento para melhor resposta. ____

_____ Quanto ao controlo das análises são questões correntes da instituição e entidade que, no dia a dia, promove este tipo de trabalhos e, à partida, e a não ser que se trate de questões de imprevisto, estão consagradas no controlo de análise. _____

_____ Confirmou que a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima faz instrução de processos dado que se está perante um Contrato de Gestão Delegada da Câmara na AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e não perante um Contrato de Concessão, como acontecia com a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena ou a Luságua. _____

_____ Assim, solicitou que enviassem os pedidos de esclarecimento por escrito. ____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria Joao Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que, considerando que a Vereadora Senhora Maria João Martins Antunes Gomez presidia à Assembleia Geral da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, teria tido oportunidade de ter discutido todos estes temas em sede da mesma. _____

_____ Disse que iria remeter as questões por escrito para resposta mais cabal. ____

_____ Questionou também sobre a aceitação de resíduos que vêm de outros operadores de resíduos. Os parâmetros que estão anexos ao regulamento referem-se a parâmetros relacionados com ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. Deu como exemplo um operador de resíduos que faça o transporte de lixiviados, dificilmente nesses resíduos se encontrará crómio ou sulfuretos. Assim, questionou como estaria prevista a avaliação de parâmetros de qualidade que, à priori, não existiram noutro tipo de afluentes. _____

Reunião de 23/11/2020

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, não sendo parâmetros que não são mensuráveis, e consagrados na amostra que chega e que é analisada, terá procedimento de acordo com os procedimentos de operação de determinadas amostras e respetivas condições e de que fontes chegarão. Voltou a solicitar o envio dos esclarecimentos ao secretariado da reunião de Câmara que reenviaria o pedido à DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais e à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** voltou a reiterar pedido que já tinha feito anteriormente, e que teve acolhimento da Senhora Presidente da Câmara, por motivos de alguma dificuldade de resposta a algumas questões mais específicas ou técnicas, que nas reuniões em que existissem assuntos relacionados com a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, que pudessem estar presentes os técnicos para agilizar a resposta às questões colocadas. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal** colocou o assunto à votação. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria:** Aprovado o Projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena, ao abrigo do disposto no artigo nonagésimo nono, do CPA – Código do Procedimento Administrativo e que o mesmo seja remetido para publicação em Diário da República, conforme dispõe o número três do artigo sexagésimo segundo do Decreto-Lei cento e noventa e quatro/dois mil e nove, de vinte e agosto e artigo centésimo primeiro do CPA – Código do Procedimento Administrativo, durante um prazo não inferior a trinta dias. _____

_____ Os interessados devem dirigir-se, mediante declaração escrita, nos termos previstos no artigo sexagésimo oitavo, número um do Código do Procedimento Administrativo, endereçado ao responsável pela direção do procedimento, Maria de Lurdes Silva Sousa, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, a qual deve indicar os dados necessários à comprovação da legitimidade e deve ser apresentada pessoalmente no Balcão Único de atendimento da Câmara, ou enviada por email para geral@cm-alcanena.pt, propondo-se que os contributos sejam apresentados da mesma forma. _____

_____ Deverá, igualmente, ser remetido à ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, para emissão de parecer, ao abrigo do disposto no número quatro do artigo sexagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e quatro/dois mil e nove, de vinte de agosto. _____

_____ Que sejam consideradas, em fase de consulta pública, as melhorias identificadas pelo Conselho Consultivo da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a introduzir no projeto de regulamento, sem prejuízo da devida articulação com a entidade reguladora, para efeitos de parecer. _____

_____ Decorrido o período de consulta pública, deverá o projeto de Regulamento, na sua versão final, ser submetido a aprovação da Câmara, para posterior remessa e aprovação em Assembleia Municipal. Após aprovação desta, deverá o Regulamento ser publicado no Diário da República e no Sítio da Internet do Município, em www.cm-alcanena.pt, sob pena do mesmo não produzir efeitos, conforme disposto no Artigo centésimo trigésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete janeiro. _____

_____ **Abstiveram-se os Vereadores Senhores** João Carlos Braga Correia Pinto e Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes e Óscar Manuel Justo Pires. _____

_____ **A Vereadora Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** apresentou a seguinte declaração de voto: _____

_____ “Atendendo às questões levantadas nas dúvidas, e considerando que a proposta de regulamento será ainda sujeita a consulta pública e ao parecer da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, de momento irão abster-se e irão tomar decisão favorável ou desfavorável mediante a apreciação do documento final.” _____

_____ **Pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, regressaram à sala a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e o Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém, tomando parte na restante reunião.** _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, assumindo de novo a presidência da reunião,** esclareceu que, efetivamente poderia ter estado presente alguém da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de

Reunião de 23/11/2020

Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, mas, por lapso, não esteve. Não obstante, se os senhores Vereadores considerarem importante poder-se-á promover uma reunião, para melhor enquadramento do regulamento, quanto mais não seja após decorrido o período de consulta pública e em votação final. _____

_____ No período de consulta pública informou que poderiam, igualmente, solicitar esclarecimentos à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para melhor esclarecimento sobre o documento. _____

_____ **5.2 - Proposta de Apoio à Junta de Freguesia de Moitas Venda – Requalificação do Mercado de Moitas Venda. Documento referência três mil oitocentos e quarenta e quatro/dois mil e vinte, Processo referência 2020/850.10.600/14. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe apoiar a Junta de Freguesia de Moitas Venda, na comparticipação das despesas de requalificação do Mercado de Moitas Venda, através da comparticipação financeira plurianual no valor total de 55.000,00 € (Cinquenta e cinco mil euros), distribuídos da seguinte forma: _____

_____ - Ano dois mil e vinte – 10.000,00€ (dez mil euros) _____

_____ - Ano dois mil e vinte e um – 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) _____

_____ A presente proposta será submetida à aprovação pela Assembleia Municipal de Alcanena. _____

_____ A Junta de Freguesia de Moitas Venda deverá entregar os comprovativos das despesas que resultaram da requalificação candidatada a apoio e divulgar o apoio da autarquia. _____

_____ A proposta assenta nos seguintes considerandos: _____

_____ **I – DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL** _____

_____ Considerando que: _____

_____ 1 - O quadro de atribuições dos municípios, consagrado no Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”; _____

_____ 2 – O Município de Alcanena é o detentor do prédio urbano, identificado pela Matriz Matricial número setecentos e oitenta e dois, sito na Rua dos Capazes, na Freguesia de Moitas Venda, conforme Caderneta Predial urbana apensa à presente proposta (Anexo I); _____

_____ 3 – O Município de Alcanena, através do Contrato de Comodato aprovado na sua Reunião de quatro de dezembro de dois mil e dezassete, assinado a quinze de janeiro de dois mil e dezoito, delegou na Junta de Freguesia a gestão e manutenção deste equipamento, bem como a arrecadação das receitas provenientes do seu funcionamento, pelo período definido no referido contrato (Anexo II); _____

_____ 4 – Há evidente necessidade em proceder à requalificação do edifício do Mercado Municipal para o cumprimento da legislação em vigor, no âmbito do comércio de produtos alimentares, nomeadamente, em termos de saúde pública; _____

_____ - A Junta de Freguesia de Moitas Venda elaborou um projeto para a requalificação do mesmo, que visa dotar este espaço das condições necessárias ao exercício da atividade; _____

_____ 5 – Para além do acima descrito, esta intervenção tem como finalidade: _____

_____ a. A promoção do contacto direto entre o produtor e o consumidor, chamando ao espaço mais consumidores, pela atratividade que a sua modernização encerra; _____

_____ b. Aumentar o consumo de produtos mais sustentáveis ambientalmente, produzidos a nível local e regional, diminuindo-se a pegada ecológica dos mesmos (menores custos e deslocamentos de transporte do local de origem, menor utilização de pesticidas e produtos químicos, menor ou irradiação da produção de bens geneticamente modificados; _____

_____ c. Motivar a introdução de alterações à dieta alimentar dos consumidores, privilegiando-se o consumo de produtos de época, com maior teor nutricional que os produtos fora de época e mais económicos; _____

_____ d. Promoção das ligações de confiança entre os vendedores e os consumidores, pela maior qualidade dos produtos. _____

_____ 6 – Para garantir o financiamento do pretendido, a Junta de Freguesia de Moitas Venda apresentou uma candidatura à Medida 10 LEADER, Operação 10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados e Mercados Locais, no âmbito do PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural Vinte Vinte, no valor total de 100.465,27 € (cem mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos, tendo a mesma sido aprovada, beneficiando de uma comparticipação a fundo perdido no montante de 44.043,49 € (quarenta e quatro mil e quarenta e três euros e quarenta e nove cêntimos); _____

_____ 7 – Através do Ofício com a Referência sete mil e quarenta e três/dois mil e vinte, de treze de agosto de dois mil e vinte, a Junta de Freguesia de Moitas Venda solicita o apoio à Câmara Municipal de Alcanena, para a comparticipação nas referidas obras de requalificação (Anexo IV). _____

_____ 8 - Com base no acima descrito, o Município de Alcanena reconhece a importância da obra de requalificação do Mercado de Moitas Venda, com vista à melhoria e adaptação das referidas instalações às exigências legais e necessidades da comunidade local, sendo por isso de concretizar o apoio, através da atribuição de um apoio pecuniário na comparticipação das referidas intervenções. _____

_____ 9 - À data de deliberação da presente proposta, se encontram respeitadas as disposições legais previstas na Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e no Decreto-Lei cento e vinte e sete/dois mil e doze, de vinte e um de junho; _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ O edifício do Mercado de Moitas Venda é da propriedade da Câmara Municipal, e que está cedido à Junta de Freguesia de Moitas Venda para sua gestão e manutenção. Considerando que se está presente uma obra de requalificação, que vai além das possibilidades da própria Junta, candidatou-se a programa de apoio, à medida 10 Leader, operação Cadeias Curtas e Mercados Locais, do PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural Vinte Vinte. A candidatura foi aprovada, beneficia de montante a fundo perdido de 44.043,49€ (quarenta e quatro mil e quarenta e três euros e quarenta e nove cêntimos). Vem a Junta de Freguesia para apoio na parte não comparticipada. Considerando que existem intervenções que poderão ir além do que estava inicialmente previsto e de modo à Junta puder fazer algumas intervenções para fazer face a necessidades que venham a surgir, considerando até com deslocalização necessária por parte dos feirantes e lojas, poderá haver despesas acrescidas, considerando a necessidade de se ter um edifício que respeite as normas de segurança e higiene. Assim propõe-se o apoio de cinquenta e cinco mil euros, dez mil euros no presente ano e o restante para dois mil e vinte e um. _____

_____ Deverá ser presente a Assembleia Municipal, considerando que se trata de um apoio a uma Junta de Freguesia. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu que a proposta, tal como foi apresentada em reunião de Câmara, não vem munida dos documentos necessários à sua correta análise. Já na última reunião de

Câmara, em que a Senhora Presidente estranhou não ter sido apenso ao processo do pedido de apoio da CBES – Centro Bem-Estar Social de Serra Santo António o respetivo pedido formulado pela instituição. _____

_____ Recebeu-se neste processo proposta caderneta predial, contrato de comodato e pedido de apoio da Junta Freguesia de Moitas Venda. Disse não saber o que estava a aprovar. Era importante, para se poder deliberar em consciência que o documento viesse devidamente instruído, dado que não são referidas quais são as intervenções. O edificado é da Câmara, as Juntas não têm capacidade para fazer face a tal montante de investimento, pelo que faz sentido ser dado apoio à mesma. _____

_____ Informou que, por solicitação dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Por Alcanena, um Concelho com Futuro, a Junta de Freguesia de Moitas Venda enviou-lhes Memória Descritiva, Medições e Orçamento. Tendo sido o Município a fazer o projeto, disse não fazer qualquer sentido que não tivessem sido apensos os documentos necessários à sua boa análise. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se trata de uma obra da Junta de Freguesia, o projeto foi elaborado pela Junta, a candidatura foi apresentada pela mesma, tendo-se considerado que a documentação enviada era a necessária para ser presente à deliberação. _____

_____ Acrescentou que os Senhores Vereadores têm sempre de encontrar alguma justificação para que o assunto não seja colocado à votação. Estava em causa uma obra de uma Junta de Freguesia e entendeu-se não ser relevante solicitar os documentos. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** constatou tratar-se de um apoio que a Câmara Municipal dá a uma Junta de Freguesia, para uma obra relevante e daí a importância do apoio para permitir viabilizar uma obra muito importante na comunidade de Moitas Venda, que permite a proximidade com os produtores, permite a valorização dos produtos locais, permite a subsistência de três ou quatro lojistas que fazem do mercado o seu espaço de comércio permanente. Para si, é motivo de enorme regozijo e satisfação. Mais uma importante obra que se concretizada num curto espaço de tempo e que muito valoriza a Freguesia de Moitas Venda, como também o Concelho de Alcanena. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** reforçou concordar com tudo o afirmado pelo Senhor Vereador Hugo Santarém, mas é da opinião que, para poderem deliberar teriam de estar munidos dos documentos

necessários para tal. Por tal facto, agradeceu ao Executivo Junta de Freguesia de Moitas Venda pelo envio dos documentos solicitados, os quais poderiam ter sido, perfeitamente, enviados pela Câmara Municipal. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** colocou o assunto à deliberação. Questionou se os Senhores Vereadores da oposição votavam contra. ____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovado o apoio à Junta de Freguesia de Moitas Venda, na comparticipação das despesas de requalificação do Mercado de Moitas Venda, através da comparticipação financeira plurianual no valor total de 55.000,00 € (Cinquenta e cinco mil euros), distribuídos da seguinte forma: ____

_____ - Ano dois mil e vinte – 10.000,00€ (dez mil euros) _____

_____ - Ano dois mil e vinte e um – 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) _____

_____ A Junta de Freguesia de Moitas Venda deverá entregar os comprovativos das despesas que resultaram da requalificação candidatada a apoio e divulgar o apoio da Autarquia. _____

_____ Remeter a presente proposta à aprovação pela Assembleia Municipal de Alcanena, ao abrigo do disposto na alínea j), do número do artigo vigésimo quinto, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que, ainda que pudesse falar baixo, dado que solicitaram os documentos à Junta de Freguesia de Moitas Venda e que os mesmos foram enviados, tinham elementos para saber onde seriam gastos cerca de cem mil euros, pelo que subscreviam as palavras do Vereador Hugo Santarém. Ninguém votou contra, mas sem os elementos enviados não conseguiam entender sobre o que estavam a votar. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** esclareceu que os documentos não vinham devidamente instruídos, pelo que solicitaram os mesmos à Junta de Freguesia de Moitas Venda. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** informou que poderiam ter solicitado a informação ao secretariado da Reunião de Câmara, que a Câmara solicitaria à Junta. Não havia necessidade de pedirem os elementos à Junta de Freguesia. Referiu que, relativamente ao apoio dado ao CBES – Centro Bem-Estar Social Serra Santo António, foi identificada pelos Senhores Vereadores a falta do pedido efetuado pela entidade. Não foi feita qualquer referência ao projeto do edifício, a planta da cozinha, a planta da lavandaria, a memória descritiva, entre outros. Para o

presente projeto já solicitam o projeto e a memória descritiva. Evidencia-se uma necessidade de apontarem sempre alguma coisa em falta, tendo prazer nisso. _____

_____ Congratulou-se, ironicamente, por terem solicitado os elementos à Junta de Freguesia de Moitas Venda, para poderem votar a proposta. Constatou que ao votarem favoravelmente a presente proposta estão a criar caminho para votarem outras propostas. Congratulou-se por encontrarem, por outra via, a possibilidade de votarem a proposta. Verifica-se a diferença entre uma posição construtiva ou inversa. Seria compreensível o envio de um email ao secretariado da Reunião solicitando os elementos adicionais para poderem votar em concordância. Foram “por trás” solicitar os elementos à Junta de Freguesia para poderem apresentar tal justificação em Reunião de Câmara. ____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu que “não vão por trás nem pela frente”, simplesmente tal como a Senhora Presidente disse anteriormente, todos os documentos que devem constituir as propostas devem estar apensos às mesmas, lamentando que os serviços não façam bem o seu papel. Quando votam contra as propostas são com base em elementos efetivos. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** saudou a evolução demonstrada pelos Senhores Vereadores da oposição, por nunca ser tarde para se admitir o erro de votarem contra ou se absterem sobre projetos que são importantes. Acha que é o caminho correto. Não deve ficar, a seu ver, perdido nas entrelinhas, mais proposta menos proposta, mais documento menos documento, projetos importantes que merecem ser aprovados. Disse lamentar que não o tenham feito no passado e saudou, com sinceridade que, democraticamente, o pudessem fazer no futuro porque o Concelho é o mesmo e o objetivo é o mesmo, o desenvolvimento do Concelho. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** discordou de haver algum arrependimento ou não, considerando que vota em consciência e com conhecimento. No caso presente, tomaram a iniciativa de solicitação dos documentos, houve disponibilidade por parte da Junta de Freguesia, e, na posse dos documentos justificativos, delibera favoravelmente. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** acrescentou que, se não tivesse sido necessário o documento da aprovação da candidatura também não seria necessário que, durante a apresentação da proposta, a Senhora Presidente tivesse sentido necessidade de os mencionar e de os fazer ler. Acrescentou que a solicitação dos documentos à Junta de Freguesia foi pelo facto de a obra ser da Junta. Daí fazer mais

sentido fazer-se o pedido à Junta de Freguesia. Esclareceu não ser mesquinhez, e optou-se por, na posse dos documentos, votar favoravelmente. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** referiu que estando a Proposta enquadrada, com o valor a apoiar e se os Senhores Vereadores consideraram que os elementos eram importantes estarem junto à Proposta, solicitou ao secretariado que solicite os elementos à Junta de Freguesia para se juntarem os elementos que os Senhores Vereadores consideraram necessários para votar a Proposta. Fica o processo completo no sítio certo para fundamentar a posição dos Vereadores da oposição. E acrescentou que poderiam ter a mesma atitude face a outras Propostas. Constatou existirem dois pesos e duas medidas porque lhes dá jeito votarem favoravelmente, quando noutros casos não procuram esclarecimentos junto das outras entidades porque não lhes dá jeito votarem favoravelmente. A posição e inversão de rota não era apenas por causa da proposta de apoio à Junta de Freguesia de Moitas Venda, exclusivamente, mas sim por causa de propostas que serão presentes à próxima reunião de Câmara. _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **6.1 – Proposta de atribuição da Medalha de Mérito do Município de Alcanena – Grau Ouro, a título póstumo, a António Martinho do Rosário, ortónimo de Bernardo Santareno, no ano da Comemoração do seu Centenário. Documento referência dezasseis mil novecentos e noventa e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/250.20.803/6. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe, pela projeção nacional e internacional de Bernardo Santareno e da sua obra, pelas ligações familiares, que fazem parte da identidade e memória da Freguesia de Espinheiro e do Concelho de Alcanena, à Câmara Municipal que delibere atribuir a António Martinho do Rosário, ortónimo de Bernardo Santareno, a título póstumo, a Medalha de Mérito do Município de Alcanena - Grau Ouro. _____

_____ A Medalha de Mérito do Município de Alcanena - Grau Ouro, agora atribuída será entregue aos seus familiares mais diretos. _____

_____ **I – DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL**

_____ Considerando que: _____

_____ 1. Atendendo ao Regulamento Municipal das Condecorações Honoríficas do Concelho de Alcanena, que consagra a atribuição de distinções honoríficas, como seja a

Medalha de Mérito do Município de Alcanena – Grau Ouro, cuja finalidade é “...distinguir pessoas singulares ou coletivas, que se destaquem pelo seu significativo contributo no campo autárquico, nos vários domínios de atividades, científicas, culturais, económicas, desportivas, sociais e humanitárias, ou outras de notável importância e de cujos atos resultem benefícios para o desenvolvimento e prestígio do Concelho.”; _____

_____ 2. Nos termos do disposto no artigo vigésimo quarto do supracitado Regulamento, “Todas as condecorações..., ... incluindo as a título póstumo, serão atribuídas, mediante proposta da Presidente da Câmara Municipal...”; _____

_____ 3. Bernardo Santareno é o pseudónimo de António Martinho do Rosário, que nasceu em Santarém, a dezanove de novembro de mil novecentos e vinte; _____

_____ 4. A sua família, pai e avós, era natural da freguesia do Espinheiro deste concelho de Alcanena, onde criança e adolescente passava as suas férias e tempos livres e onde iniciou alguns dos seus primeiros escritos e ensaios teatrais; _____

_____ 5. No momento de escolher o seu pseudónimo, António mergulhou nas suas raízes: ____ _____

_____ Santareno, por ser filho da cidade de Santarém, a que quis ficar umbilicalmente ligado, e Bernardo, por ser o Primeiro Padroeiro da Paróquia do Espinheiro e o Santo da devoção popular das suas gentes, como preito de homenagem à piedade e fé católica, que herdara da senhora sua mãe, a quem o ligavam especiais laços de amor filial; _____

_____ 6. Embora tenha iniciado a sua obra literária como poeta, notabilizou-se no universo literário português como dramaturgo, o maior do século XX português e um dos melhores de toda a história do teatro em Portugal; _____

_____ 7. Médico, formado, em mil novecentos e cinquenta, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, especializou-se em psicologia. Depois de uma breve passagem pelo Hospital Júlio de Matos e por uma também breve experiência com consultório aberto, acaba por fazer duas campanhas da pesca do bacalhau, mil novecentos e cinquenta e sete e mil novecentos e cinquenta e oito, por mares da Gronelândia e da Terra Nova, nos navios David Melgueiro, Senhora do Mar e navio hospital Gil Eanes, uma riquíssima vivência humana que dá origem à peça, “O Lugre”, e ao livro de viagens, “Nos Mares do Fim do Mundo”; _____

_____ 8. Como dramaturgo, estreia-se na edição do livro “Teatro”, que contem três peças: _____

_____ “A Promessa”, “O Bailarino” e “A Excomungada”, e recolhe entre a crítica especializada os maiores elogios; _____

_____ 9. Bernardo Santareno, escreveu cerca de vinte e cinco anos e todo o seu teatro é uma luta pela Liberdade, contra todas as formas de opressão, social, cultural, sexual, e pelo direito à diferença; _____

_____ 10. Toda a sua obra é um ato de homenagem ao povo, à sua idiossincrasia, em favor dos mais desfavorecidos, dos humilhados e ofendidos; _____

_____ 11. De profunda cultura, com uma marcante envergadura de humanista, teve papel de relevo no Instituto de Orientação Profissional e na Fundação Rachel e Martin Sain, na recuperação de cegos e amblíopes, e também na Sociedade Portuguesa de Autores, tendo sido professor no Conservatório Nacional; _____

_____ 12. Sublinhe-se a grandeza da sua obra cultural, bem como as suas qualidades humanas e intelectuais que o tornaram exemplo entre as personalidades mais completas que Portugal gerou no século passado; _____

_____ É de elementar justiça distinguir este ilustre cidadão, por se tratar de um dos mais notáveis escritores e dramaturgos, que em muito contribuiu para o enriquecimento da cultura nacional. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação da Proposta. Referiu que Bernardo Santareno faleceu novo e que foi uma pessoa malfadada em vida, e reconheceu que, infelizmente, também malfadado depois da sua morte, até com as Comemorações do Centenário do seu Aniversário. A pessoa que era a responsável pela organização das Comemorações do Centenário do Aniversário de Bernardo Santareno faleceu no corrente ano, Fernanda Lapa. Praticamente a generalidade das atividades foram canceladas ou adiadas. Foi considerado o maior dramaturgo português, com raízes no Concelho de Alcanena, Freguesia de Espinheiro. Viveu nessa Freguesia, deslocando-se lá várias vezes, onde em criança e adolescente passou muito tempo e onde ensaiou alguns escritos e peças teatrais. Há quem diga que o nome de Bernardo se deve a São Bernardo, Padroeiro de Espinheiro. _____

_____ Considerando que o disposto no Regulamento Municipal das Condecorações Honoríficas do Concelho de Alcanena, que a votação se faz por meio de

votação secreta, passou a palavra à secretária da reunião de Câmara para disponibilização do formulário para votação, nominal e secreta. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** esclareceu ser a justa Homenagem. _____

_____ Considerando que a Senhora Presidente não conseguiu votar via digital, colocou o voto na urna existente nos Paços do Município. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovado, por voto secreto, através da aplicação Google Forms, disponibilizada aos presentes durante o período de votação, e, em alternativa, pela votação secreta mediante voto em urna, a atribuição, a título póstumo, a António Martinho do Rosário, ortónimo de Bernardo Santareno, da Medalha de Mérito do Município de Alcanena - Grau Ouro, pela sua projeção nacional e internacional e da sua obra, pelas ligações familiares, que fazem parte da identidade e memória da Freguesia de Espinheiro e do Concelho de Alcanena. _____

_____ A Medalha de Mérito do Município de Alcanena - Grau Ouro, agora atribuída, será entregue aos seus familiares mais diretos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** colocou à consideração dos presentes, não obstante de ser Tolerância de Ponto no dia sete de dezembro, por motivos da pandemia, manter-se a realização da Reunião de Câmara, por videoconferência, pelas quinze horas, não implica deslocações. _____

_____ Todos foram concordantes. _____

_____ **7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** _____

_____ **Às dezoito horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião**, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar esta Ata em Minuta, na parte deliberatória, a qual foi assinada pela Senhora Presidente e por mim, Filomena Isabel Gabriel Henriques, Técnica Superior, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi a presente Ata, a qual vou assinar com a Senhora Presidente. _____